

MESTRADO EM HISTÓRIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO

A dimensão política das performances musicais no contexto do conflito israelo-palestiniano: Estudo dos argumentos a favor e contra a realização de concertos em Israel

Diogo Leal Magalhães

M

2019



Diogo Leal Magalhães

**A dimensão política das performances musicais no contexto do
conflito israelo-palestiniano: Estudo dos argumentos a favor e
contra a realização de concertos em Israel**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e
Cooperação, orientada pelo Professor Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2019

A dimensão política das performances musicais no contexto do conflito israelo-palestiniano

Diogo Leal Magalhães

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e
Cooperação, orientada pelo Professor Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

Membros do Júri

Professor Doutor José Virgílio Borges Pereira
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Paula Maria Guerra Tavares
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

Sumário

| | |
|---|----|
| Declaração de honra..... | 7 |
| Agradecimentos..... | 8 |
| Resumo..... | 9 |
| Abstract | 10 |
| Lista de abreviaturas e siglas..... | 11 |
| Introdução | 12 |
| 1. Contextualização histórica da ocupação da Palestina | 15 |
| 1.1. A Guerra dos Seis Dias e o início da ocupação..... | 15 |
| 1.2. Recuperação do Sinai pelo Egito e as negociações em Camp David..... | 23 |
| 1.3. As revoltas palestínianas contra Israel | 28 |
| 2. Estado da Questão sobre o movimento BDS..... | 35 |
| 3. Discussão da relação da música e a sua performance com a política..... | 45 |
| 3.1. Comícios e campanhas políticas | 45 |
| 3.2. Concertos em contextos especiais..... | 48 |
| 3.3. Canções de protesto..... | 52 |
| 4. Artistas de renome com concerto marcado em Israel..... | 56 |
| 4.1. Radiohead..... | 56 |
| 4.2. Nick Cave..... | 58 |
| 4.3. Lana Del Rey..... | 59 |
| 4.4. Lorde | 61 |
| 4.5. Radiohead voltam a Israel, 11 anos depois | 62 |
| 4.6. Apoiar ou não o governo israelita | 64 |
| 4.6. Músicas de protesto não são apolíticas..... | 67 |
| 4.7. Nick Cave e a censura | 68 |
| 4.8. Concertos na Palestina não compensam concertos em Israel..... | 70 |
| 4.9. Lei anti-boicote israelita é usada pela primeira vez | 73 |
| Conclusão..... | 76 |
| Referências bibliográficas | 79 |
| Fontes primárias..... | 79 |
| Fonte secundárias | 81 |

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 30/09/2019

Diogo Leal Magalhães

Agradecimentos

Em primeiro lugar, o meu maior agradecimento vai para o professor Manuel Loff. Todas as conversas que tive com o meu orientador foram frutíferas para esta dissertação, tivessem sido em ambiente formal ou mais informal. Parte da razão de eu ter escolhido vir para este Mestrado foi porque sabia que uma das pessoas com quem iria poder trabalhar seria o professor Loff, e posso garantir que não me arrependi.

Agradeço à professora Marta, cujas aulas despertaram em mim um gosto especial pela questão do conflito israelo-palestiniano. Nunca se sabe o que pode acontecer se formos a todas as aulas, mesmo que não exista folha de presença ou exame.

O Ivan Cavalcanti também contribuiu para o desenvolvimento da minha dissertação com a sua preciosa ajuda na procura de referências bibliográficas. Obrigado, Ivan, mais uma vez.

Os meus pais e avós também merecem uma grande palavra, pois assistem ao filho e neto a chegar ao final de um ciclo para o qual contribuíram com muito do seu dinheiro. Quando parecia que este processo não ia terminar, eis que chegou ao fim.

Claro que nunca me podia esquecer do Afonso, com quem mantenho uma amizade de quase 20 anos. Ainda temos muitos filminhos para ver no futuro!

Um enorme abraço e um enorme beijo aos amigos de CC que me continuaram a acompanhar mesmo quando as aulas acabaram. Tenho a certeza que vamos passar por mais coisas, juntos!

Para terminar, não podia deixar de falar do pessoal da AE, com quem iniciei uma aventura louca em novembro de 2018 e que tenho a certeza que mudou a faculdade para melhor.

Resumo

Na área das Relações Internacionais, o conflito israelo-palestino tem estado em análise desde o século XX, quando o movimento sionista chegou à terra da Palestina com o objetivo de estabelecer um Estado judeu.

Em 1967, Israel venceu a Guerra dos Seis Dias e começou a sua ocupação dos territórios da Faixa de Gaza e Cisjordânia, que faziam parte da Palestina antes da chegada dos judeus. A partir de então, foram inúmeros os crimes que Israel cometeu contra os palestinos, desde invasão de território, expropriação e matança. A ocupação já ultrapassou a marca do meio século e não deu sinais de parar, apesar de violar os Direitos Humanos e a Lei Internacional.

Em 2005, nasceu o movimento Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS), que tem sido uma das maiores forças de apoio da causa palestina. O BDS e os seus partidários pretendem que a violação dos direitos dos palestinos termine, e que os que foram expulsos de casa possam regressar.

Um dos artistas de renome que subscreve as ideias do BDS é Roger Waters, cuja ligação à política é reconhecida através dos seus concertos e intervenções nos meios de comunicação. Em 2017 e 2018, quando vários artistas marcaram concertos em Israel, Waters, em nome do BDS, tentou captar a atenção dos músicos em questão para pedir para abortarem as suas decisões de atuarem em solo israelita. No diálogo que surgiu entre os que são a favor de performances musicais em Israel e os que não são, foram vários os argumentos que apareceram em discussão.

Palavras-chave: Israel, música, política, concertos, performances.

Abstract

In the area of International Relations, the israeli-palestinian conflict has been in analysis since the 20th century, when the zionist movement arrived in the land of Palestine with the objective of establishing a jewish State.

In 1967, Israel won the Six-Day War and started its occupation of the Gaza Strip and West Bank territories, that were part of Palestine before the jews arrived. Since then, there has been a great number of crimes that Israel committed against the palestinians: territorial invasion, expropriation and killing. The occupation has already passed the half century mark and is not showing any signs of stopping, despite violating Human Rights and International Law.

In 2005, the Boycott, Divestment and Sanctions (BDS) movement was born, and has been one of the greatest forces of support of the palestinian cause. The BDS movement and its advocates want the violation o palestinian rights to stop, and the return of those who were expelled from their homes.

One of the biggest artist that subscribes to the ideas of BDS is Roger Waters, whose connection to politics is known through his concerts and his appearances in the media. In 2017 and 2018, when some artists booked concerts in Israel, Waters in the name of BDS, tried to get the musicians' attention to ask them to abort their decisions of performing in israeli ground. In the dialogue that followed between those who are in favor of musical performances in Israel and those who are not, several types of arguments came up during the discussion.

Keywords: Israel, music, politics, concerts, performances.

Lista de abreviaturas e siglas

ANP – Autoridade Nacional Palestiniana

BDS – Boicote, Desinvestimento e Sanções

CNA – Congresso Nacional Africano

CNP – Conselho Nacional Palestino

EUA – Estados Unidos da América

FDI – Forças de Defesa de Israel

MNE – Ministro dos Negócios Estrangeiros

MO – Médio Oriente

NU – Nações Unidas

OLP – Organização para a Libertação da Palestina

TPO – territórios palestinianos ocupados

UNLU - Unified National Leadership of the Uprising

Introdução

“Rock stars garner far more media attention than academics, of course, so trying to prevent bands from playing in Israel is a key component of isolating Israel not just politically but culturally.”
(Blehar, 2017)

Em 2017, a ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza atingiu a marca dos 50 anos. Quando conquistou estes dois territórios palestinos em 1967, ano em que derrotou o Egito, a Síria e a Jordânia na Guerra dos Seis Dias, Israel começou uma duradoura prática de violação da Lei Internacional e dos Direitos Humanos: milhares de palestinos nos territórios ocupados foram presos, viram as suas condições de vida deteriorarem-se de forma drástica e foram separados das suas famílias por já não terem direito a sair. Em último lugar, e não menos importante, milhares de palestinos foram mortos.

No final do século XIX, surgiu o movimento sionista, que tinha como missão principal estabelecer um Estado judeu no território da Palestina. Em 1917, o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Arthur James Balfour, redigiu a *Declaração de Balfour*, mostrando que o governo britânico apoiava as intenções sionistas. Depois do final do mandato da Grã-Bretanha na Palestina, em 1948, e David Ben-Gurion proclamou a independência do Estado de Israel.

A ilegitimidade não está presente só nas ações que Israel comete junto do povo palestino, mas também na formação do seu próprio Estado.

“Além de não preencher os requisitos normais de condição de Estado, o Estado de Israel está maculado por uma inerente ilegitimidade. Esta ilegitimidade tem três aspectos: I – a usurpação do poder político; II – a usurpação do território; III – a ausência de qualquer base jurídica, segundo o Direito Internacional, para sua proclamação de Estado.” (Cattan, 1977, p. 87).

Desde 1948 que o conflito Israel-Palestina tem sido um dos mais debatidos na área das Relações Internacionais. No século XXI, mais propriamente no ano de 2005, surgiu

um movimento que, entre outros, ajuda a que a discussão se mantenha na ordem do dia: o movimento Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS).

O BDS rege-se pelo mantra de que os palestinianos devem ter os mesmos direitos que o resto da humanidade. Ao mesmo tempo, o movimento pede uma resposta à escala global para ajudar a terminar com as injustiças que entende serem sofridas pelo povo da Palestina. Uma das pessoas que acedeu ao pedido do BDS foi o músico britânico Roger Waters.

Waters foi cofundador, vocalista e baixista dos *Pink Floyd*, uma das bandas mais consagradas da história da música. O álbum *The Wall* (1979), uma das obras-primas mais conhecidas da banda, foi maioritariamente uma criação da mente Waters. *The Wall*, de forma subtil, incluiu referências políticas na letra da faixa *Another Brick in the Wall Part 2* (Beech, 2018). O músico britânico sempre manteve uma relação próxima com a política, fazendo vários protestos durante os seus concertos. Em outubro de 2016, durante um concerto na Cidade do México, Waters tocou a música *Pigs (Three Different Ones)* ao mesmo tempo que nos ecrãs passavam imagens de Donald Trump, que estava a concorrer contra Hillary Clinton pela presidência norte-americana.

O concerto da Cidade do México ilustra bem o ponto principal incluído na afirmação de Blehar (2017): os músicos têm uma enorme capacidade e plataforma para fazerem passar mensagens políticas., como é o caso de Roger Waters.

O ex-membro dos *Pink Floyd* é um forte defensor dos direitos dos palestinianos e, sempre associado ao BDS, tem sido presença assídua em notícias de bandas que marcam concertos em Israel. A visão de Waters é que tocar em Israel seria tomar uma posição política e alinhar com o governo israelita, então tenta demover os músicos de seguirem em frente com o espetáculo, pois, na sua visão,

Esta dissertação, que será dividida em cinco capítulos, vai explorar de que forma é que os concertos e a música tomam uma dimensão política e os argumentos que são dados pelos que apoiam o boicote cultural a Israel (boicotar eventos, atividades e projetos culturais em Israel), como é o caso de Roger Waters a representar o BDS, e pelos músicos que marcam concertos em solo israelita. O objetivo principal é responder à seguinte

questão: no contexto do conflito Israel-Palestina, a performance musical tem uma dimensão política inerente? São tidas também em conta as seguintes hipóteses:

1 – Os músicos não-israelitas que apoiam a realização dos concertos em Israel justificam-se sempre com o argumento de que a música é apolítica;

2 – Os que apelam ao boicote argumentam que quem efetivamente realiza os espetáculos está a associar-se a uma posição de repressão dos Direitos Humanos dos palestinianos.

Em primeiro lugar, é feita uma contextualização histórica da ocupação da Palestina por parte de Israel. Começando em 1967, o objetivo deste capítulo é falar de acontecimentos históricos importantes para a definição do território palestiniano e da forma como Israel se apoderou das suas várias partes.

No segundo capítulo, um estado da arte sobre o BDS pretende dar uma visão geral do que alguns autores teorizam sobre o movimento que nasceu em 2005. Como é prática neste tipo de exercício, são mencionados trabalhos que têm posições e maneiras de interpretar as intenções do BDS de formas completamente diferentes.

No terceiro capítulo, a intenção é estabelecer uma relação entre a performance musical perante o público e a transmissão de uma mensagem política. Aqui, são dados exemplos do contexto norte-americano para ilustrar essa relação. Foi feita esta escolha, porque se entende que o contexto político norte-americano é um dos que tem maior exposição à escala mundial e as escolhas musicais que os seus atores principais fazem não passam despercebidas.

O quarto capítulo é o principal desta dissertação. Aqui, são analisados quatro casos de artistas musicais que marcaram concertos em Israel: *Radiohead*, Nick Cave, Lana Del Rey e Lorde; a análise é feita com base em fontes primárias, que são os discursos dos intervenientes. A escolha baseou-se no facto de serem artistas com grande exposição e de terem merecido respostas de Roger Waters, sempre associado ao BDS. Os casos deste capítulo são cruciais para responder à pergunta de investigação.

No capítulo das conclusões, são discutidos os resultados da análise e é feita uma exposição final sobre a resposta à pergunta de investigação e sobre as duas hipóteses propostas.

1. Contextualização histórica da ocupação da Palestina

1.1. A Guerra dos Seis Dias e o início da ocupação

“ A história da Palestina, da Declaração de Balfour até à presente data, tem sido uma história de evitação do Direito e da Justiça”

(Cattan, 1977, p. 167)

A ocupação da Palestina, terra que Said (1999, p. 12) considera ser importante para as culturas do islão, do cristianismo e do judaísmo, não começou em 1967, mas foi neste ano que Israel fez avanços de modo a que conseguisse expandir significativamente o seu território¹. O acontecimento que originou isto foi a Guerra dos Seis Dias, travada de 5 de junho a 10 junho, marcando a terceira vez que Israel e as nações árabes se envolveram num conflito de grande escala.

Antes da guerra, vivia-se um momento de união na sociedade israelita. Na véspera, e pela primeira vez desde a sua fundação em 1948, Israel formou um governo de unidade nacional (coligação dos maiores partidos) (Goodman, 2018, p.1). “This unity formed the backdrop for the greatest victory in Israel’s history” (Goodman, 2018, p.1).

O início das hostilidades deu-se na manhã do dia 5, quando a Força Aérea Israelita, sob a liderança do general Moisés Dayan, levou a cabo a Operação Focus que começou por atacar campos de aviação egípcios. Depois de ter feito vários esforços para demover a Jordânia a não se intrometer na guerra, Israel soube que o país vizinho tinha desonrado o armistício ao atacar a porção judaica de Jerusalém. Os israelitas ainda perdoaram esta investida, mas Hussein, impelido por Nasser, decidiu ignorar os avisos e atacar Israel por via aérea, em conjunto com a Síria e o Iraque (Gilbert, 1998, p. 425). Poucas horas depois, Israel recuperou e destruiu as forças aéreas jordanianas e sírias, o que, juntando ao ataque no início da manhã, totalizou mais de 400 aviões destruídos (Gilbert, 1998, p. 424). Golda Meir, que se tornou primeira-ministra de Israel dois anos depois, mostrou-se aliviada com os desenvolvimentos do primeiro dia: “A guerra ainda agora começara, claro: ainda haveria morte e luto e infelicidade. Mas os aviões que tinham sido preparados para nos

¹ Apesar terem sofrido uma derrota indiscutível para Israel, os palestinianos consideraram que o conflito não explodiu em 1967; “The Palestinians insisted that the conflict with Israel did not break out in 1967 but stemmed from the ethnic cleansing that Israel committed in 1948.” (Chomsky & Pappe, 2010, p.54);

bombardear estavam irremediavelmente destruídos, e os campos de aviação de onde iam descolar estavam agora em ruínas. Fiquei ali de pé e respirei o ar da noite como se não respirasse fundo há semanas.” (Gilbert, 1998, p. 424)². Antes da guerra, os israelitas estavam em desvantagem numérica, tanto a nível de infraestruturas como a nível de soldados, mas a manhã do 5 de junho equilibrou uma luta que ao longo dos seis dias ia ser travada contra quatro inimigos que circundavam o seu território.

A sudoeste, o inimigo era o Egipto liderado por al-Nasser, e grande parte do confronto desenrolou-se no Sinai. Um mês antes de a Guerra dos Seis Dias começar, o presidente egípcio tomou uma série de medidas na região, entre elas a expulsão de forças da paz das Nações Unidas (NU) para fora da península e fechou o estreito de Tiran ao comércio marítimo israelita (Weizman, 2007, p.17). A questão de Tiran foi, segundo Gilbert (1998), a ação que precipitou a guerra por parte de Israel³, e o ministro da Defesa israelita, Moshe Dayan, não queria que ele terminasse sem que os israelitas tivessem controlo sobre Sharm el-Sheikh, ponto estratégico no estreito, como se pode verificar pela sua seguinte afirmação ao chefe do Estado-Maior, o general Rabin: "A guerra ainda acaba sem termos deitado a mão ao que a originou. Vá para Sharm e estabeleça lá a nossa presença, independentemente dos combates do Sinai!" (Gilbert, 1998, p. 427).

A chegada e captura de Abu Ageila, sem esquecer os ataques aéreos de dia 5, permitiram que Israel avançasse com maior facilidade pelo Sinai adentro. Pelo caminho, nomeadamente quando chegaram a El Arish, a Faixa de Gaza foi capturada pelos israelitas. Uma das primeiras grandes conquistas de Israel foi uma zona que se afigura como tendo umas das maiores densidades populacionais do mundo (Efrat, 1988, p. 103).

² Citado por Gilbert (1998, p. 424), Shimon Peres, presidente israelita de 2007 até 2014, diminui o tempo de análise de Meir e considera que a vitória foi alcançada logo de manhã: “A Guerra dos Seis Dias foi vencida nas primeiras duas horas”.

³ A 6 de junho, perante o Conselho de Segurança das NU, Abba Eban, Ministro do Exterior israelita, disseminou a narrativa de que Israel tinha sido vítima de um ataque egípcio: “When the approaching Egyptian aircraft appeared on our radar screens, soon to be followed by artillery attacks on our villages near the Gaza Strip, I instructed Mr. Rafael to inform the Security Council, in accordance with the provisions of Article 51 of the charter.” (ONU, 1967); “A grande mistificação praticada por Israel contra as NU e o mundo inteiro não durou muito. A história de que o Egito começara a guerra por um ataque contra Israel está agora completamente descreditada. Até os próprios israelenses abandonaram esta mentira” (Cattan, 1977, p. 131); Cattan utiliza o jornal francês *Le Monde* para afirmar que a mentira foi descoberta a 4 de junho de 1972, quando se soube que Israel tinha decidido a 4 de junho de 1967 que queria atacar o Egito, a Síria e a Jodânia.

O domínio israelita no Sinai foi aumentado no dia 7, quando Rabin ignorou o apelo ao cessar-fogo por parte das NU e ordenou que a invasão a Sharm el-Sheikh fosse mesmo para a frente, só que as tropas egípcias já tinham saído do local (Gilbert, 1998, p. 428). O desejo de Dayan estava cumprido.

A este, Israel tinha a oposição da Jordânia na zona este de Jerusalém e da Cisjordânia. Inicialmente, a invasão à Cidade Velha foi posto fora de equação, por respeito aos locais sagrados muçulmanos e cristãos (Black, 2017, p. 180). Mas o ataque foi mesmo para a frente no dia 7 sob ordem de Moshe Dayan e os israelitas recuperaram a parte este da cidade, que lhes tinha escapado em 1948, durante a primeira guerra árabe-israelita. Com esta conquista, a parte este foi anexada à parte oeste de uma cidade que é “santa para mil milhões e cristãos, quinhentos milhões de muçulmanos e quatorze milhões de judeus” (Cattan, 1977, p. 139). A conquista de Jerusalém não mais saiu das mãos dos israelitas, algo preconizado por Dayan: “We have reunited the dismebered city, (...) We have returned to our most holy places, returned, never to be separated from them again” (Black, 2017, 180).

Uma vez que tinha poderio sobre a totalidade de Jerusalém, Israel pensou num série de medidas para cimentar ainda mais a sua posição: “(...) deportação de pessoas, a dinamitação e arrasamento de lares árabes, e o confisco e exportação de propriedade árabe.” (Cattan, 1977, p. 142). Outra medida foi a extensão da condição de residente permanente a palestinianos e drusos que lá viviam, ao contrário de cidadania automática, algo que só poderia ser atingido caso cumprissem as seguintes três medidas: não serem cidadãos de outro país, ter conhecimento de hebreu e fazer um juramento de fidelidade ao estado de Israel (Shafir, 2017, par. 1). Apesar de Israel justificar as suas ações em Jerusalém com o argumento de que a cidade era judia (Cattan, 1977, p. 143), a Lei estava a ser quebrada: “Em aditamento a esta anexação de Jerusalém, Israel tomou diversas medidas na cidade, que eram contrárias ao Direito Internacional, às Convenções de Genebra de 1949 e as Resoluções das NU (Cattan, 1977, p. 142). O governo israelita, liderado pelo primeiro-ministro Levi Eshkol, nunca anexou Jerusalém oriental por medidas legais (Lustick, 1997, p. 35). “(...) even the Eshkol government itself (...) declared that the measures taken to expand the jurisdiction of the Israeli municipality of

Jerusalem did nor entail annexation of the 71 square kilometers involved and were only implemented as an administrative convenience for the city's Arab inhabitants and in order to protect the holy places.” (Lustick, 1997, p. 35)⁴.

No dia 8, Israel tinha conseguido consolidar a sua posição na Cisjordânia. É referido que o motivo desta conquista terá sido a decisão de Hussein de bombardear Jerusalém e zonas a norte da Cisjordânia, perto da fronteira (Pappe, 2017b, p. 39). Pappe (2017b, p.41) escreve que a administração norte-americana encabeçada por Lyndon B. Johnson, representada pelo embaixador para as NU, Arthur Goldberg, tentou comprar tempo para que Israel conseguisse completar a sua missão.

As atitudes que Israel teve na Cisjordânia depois de a ocupar não foram diferentes daquelas que teve em Jerusalém. “The sanitary conditions of West Bank Palestinians were aggravated by Israel’s segregation politics that isolated Palestinians towns and villages behind barriers of all kinds.” (Weizman, 2007, p. 20). Tal como aconteceu em Gaza, a facção mais radical do movimento Gush Emunim⁵, criado em 1974, sentiu ter carta-branca para despojar e abusar na Cisjordânia, e tudo em nome dos textos sagrados (Pappe, 2017a, p. 36).

Depois de ter superado inimigos a sudoeste e a leste as atenções dos israelitas viraram-se para norte, mais concretamente para os montes Golã, que seria o último território conquistado na Guerra dos Seis Dias. Na noite de dia 9, quando os soldados sírios já recuavam por causa do avanço dos israelitas, os sírios tentaram apelar a Nasser para que este fizesse mover as tropas egípcias colocadas na Jordânia para a ajudar o lado sírio, mas o presidente do Egipto já tinha perdido a esperança na guerra (Gilbert, 1998, p. 433). Esta última fase da guerra continuou até ao dia seguinte e os soldados comandados por David Elazar conquistaram Quneitra, cidade onde já não se encontrava os seus defensores e habitantes. Às 18h30, impôs-se um cessar-fogo nos montes Golã, o que significava o fim da Guerra dos Seis Dias, e as Forças de Defesa de Israel (FDI) ocupavam

⁴ Lustick diz que a maior parte das visões é a de que o Estado de Israel anexou mesmo Jerusalém oriental: “(...) either in 1967 or in 1980, when the Knesset promulgated the *Basic Law: Jerusalem, Capital of Israel* (...)” (Lustick, 1997, p. 35).

⁵ “In a period of disillusionment and despair, the Gush Emunim (Bloc of the Faithful) – a movement of religious fundamentalist Zionists favouring the retention of the Occupied territories of Gaza, the West Bank and the Golan Heights was formed.” (Macgillivray, 2016).

uma área que era três vezes maior do que era Israel antes da guerra, e o Estado tinha agora controlo sobre um milhão de árabes palestinianos (Gilbert, 1998, p. 434).

Nos montes Golã, vários elementos das NU estabeleceram uma linha de cessar-fogo que viria a servir como a fronteira entre a Síria e Israel, que pouco tempo depois começou a colonizar a área. Os Golã só foram anexados em 1981, após uma lei aprovada no Knesset, durante um governo liderado por Menachem Begin. Essa lei foi considerada nula pelas NU através da Resolução 497. Ilustrando a relação próxima que existe entre Israel e os Estados Unidos da América (EUA), o primeiro reconhecimento internacional da soberania israelita na região só chegou em 2019, por via do presidente norte-americano, Donald Trump, que viu o seu nome ser atribuído a uma nova colónia: Trump Heights (BBC, 2019).

Israel tinha acabado de vencer uma guerra onde inicialmente se encontra em grande desvantagem face aos seus inimigos. Em relação ao sucesso que os israelitas tiveram, nem todos se encontravam felizes quanto ao sucedido, como se pode verificar pelo seguinte testemunho de um paraquedista israelita que esteve envolvidos na batalha na Cidade Velha:

“Regressei sem qualquer alegria. A vitória não me dizia nada. Nenhum de nós conseguia sequer sorrir (...) Mas tínhamos perdido 50% da nossa companhia⁶. (...) Nunca hei-de querer lá voltar. (...) Vou dizer-vos em duas palavras o que foi a batalha: assassinio e medo (...) Mas tínhamos de o fazer. (...) Se não voltar a acontecer, talvez tenha valido a pena.” (Gilbert, 1998, p. 435).

Yeshayahu Leibovitz, professor judeu, considerou que o pior dos Seis Dias foi o sétimo dia e que Israel não deveria ter optado por conquistar mais territórios: “Deveríamos então decidir retroactivamente se conduzíamos uma guerra defensiva ou uma guerra de conquista e optámos por uma guerra de conquista. O declínio e Israel começou nesse dia.” (Gresh, 2001, p. 115.)

Martin Gilbert cita as memórias de Rabin, que se disse “orgulhoso” com o resultado:

⁶ Gilbert (1998) refere que ao longo dos seis dias morreram 777 soldados israelitas.

“(…) não porque fôssemos ‘invencíveis’ e não porque os nossos adversários fossem soldados de luta, mas porque as FDI conquistaram todos aqueles louvores com o seu profissionalismo, a sua criatividade e a sua pura obstinação. Havíamos conquistado o direito a sentirmo-nos confiantes nos nossos feitos militares sem denegrir as virtudes dos nossos adversários (…)” (Gilbert, 1998, p. 436).

Do lado palestino, Edward Said considerou que a Palestina deixou de existir depois de Israel ter capturado a Faixa de Gaza e a Cisjordânia. “Exiles at home as well as abroad, Palestinians also still inhabit the territory of former Palestine (Israel, the West Bank, Gaza), in sadly reduced circumstances.” (Said, 1999, p. 11). Said menciona também o facto de os palestinianos que decidiram ir para outros países árabes terem um cartão a identifica-los como “refugiados”, e mesmo que sejam engenheiros ou professores, foram olhados como se fossem *aliens*.

Durante a conquista os territórios que queriam anexar, Israel procedeu ao desalojamento dos mesmos: “Recorreram, para isso, a alguns dos métodos que tinham sido bem-sucedidos quando aplicados em 1948. Desta maneira, em Jerusalém, alto-falantes anunciavam, a 6 de junho de 1967, a captura da cidade, e incitavam os habitantes árabes a fugir para Amã (...) Diziam-lhes que a sua salvação não estaria garantida se permanecessem (...)” (Cattan, 1977, p. 108). Esta prática continuou depois do término da guerra: “Em Setembro de 1967 é criado o primeiro colonato na Cisjordânia, em Kfar Etzion, na região de Hebron. Simultaneamente, o governo trabalhista de Levy Eshkol inicia a «judaização» e Jerusalém anexada e «unificada», que proclama «capital eterna de Israel».” (Gresh, 2001, p. 116). Esta forma de atuar do governo israelita, segundo Gresh, conduziu “a um novo esbulho dos palestinianos e à confiscação das suas terras.” (Gresh, 2001, p. 116)⁷. Cattan (1977, p. 109) diz que em 1967 foram desalojados mais de 410.000 palestinianos e que as NU, em julho, ainda tentaram facilitar junto de Israel o regresso dos que tinham fugido da violência em junho, mas apenas 14.000 retornaram a casa.

A Guerra dos Seis Dias mudou o panorama do Médio Oriente (MO) e Gelvin (2007, p. 174) afirma que, de forma irónica, o resultado fez com que houvesse novas

⁷ Gresh (2001) escreve ainda o seguinte acerca dos territórios ocupados por Israel: “Utilizando, conforme os casos, leis datando do mandato britânico e mesmo do império otomano, os sucessivos governos israelitas apropriam-se de 65% das terras da Cisjordânia e de 40% das de Gaza. Para além do seu papel militar (nomeadamente no vale do Jordão), a teia muito densa de colonatos, implantada na Cisjordânia ou em Gaza, permite o controlo e vigilância da população.” (Gresh, 2001, p. 116).

oportunidades de resolver uma “estagnação diplomática” que existia na comunidade internacional. “After the war, the issue at stake was no longer the existence of Israel. Instead, the return of the territories occupied during the hostilities became the overriding concern for the Arab states. For their part, the Israelis demanded recognition and peace settlements as the price for the return of land.” (Gelvin, 2007, 174-176). Estas continuaram a ser as maiores preocupações dos dois lados, até mesmo depois da entrada no século XXI.

Uma das primeiras tentativas de resolver a tensão que havia entre Israel e as nações árabes foi em novembro de 1967. O Conselho de Segurança das NU criou a *Resolução 242* com o objetivo de estabelecer a paz entre os dois lados. O documento exigia os seguintes dois pontos:

“(i) Withdrawal of Israel armed forces from territories occupied in recente conflict; (ii) Termination of all claims or states of belligerency and respect for and acknowledgement of the sovereignty, territorial integrity and political independence of every State in the área and their right to live in peace within secure and recognized boundaries free from threats or acts of force.” (Security Council Resolution 242)

A *Resolução 242*, como afirma Gilbert (1998, p. 440), influenciaria as relações israelo-árabes e também do Estado de Israel com o resto do mundo. Israel, Egípto, Síria⁸ e Jordânia⁹ apoiaram o acordo, que não era o ideal para os Palestínianos. A Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que representou os palestínianos no Conselho de Segurança, recusou o documento na base de que não era visível uma única menção direta aos palestínianos. Para a OLP, isto significava que se estava longe de reconhecer os direitos nacionais palestínianos e só encarou a resolução como base de negociação em 1988 (Gelvin, 2007, p. 176). Na visão de Lord Caradon, o principal autor do documento, o verdadeiro falhanço foi que a *Resolução 242* só falava dos palestínianos como refugiados, e não uma nação sem estado (Klug, 2011).

⁸ Só concordaram com a Resolução 242 em 1973 (Gelvin, 2007, p. 176);

⁹ Por pensarem que a Cisjordânia regressaria para o seu lado, a Jordânia aceitou o acordo (Gelvin, 2007, p. 176).

Gilbert (1998, p. 440) fala no facto de na *Resolução 242*, a palavra “dos”, em referência aos território ocupados, ter sido substituída por “de”¹⁰, e Israel só evacuaria territórios “no contexto de um acordo geral de paz”. Em 1973, Lord Caradon admitiu que a ambiguidade na frase foi com intenção, pois o objetivo era evitar um veto dos EUA ou da União Soviética em favorecimento dos respetivos aliados (Klug, 2011).

Até 1968, o comportamento de Israel em relação aos territórios palestinianos ocupados (TPO) não mudou, provando que a *Resolução 242* pouco fez para melhorar a situação. Em dezembro desse ano, com a intenção de verificar se os direitos humanos dos palestinianos eram respeitados, as NU criaram um Comité Especial que não chegou a ser autorizado por Israel para visitar os territórios, mas realizou na mesma a sua investigação (Cattan, 1977, p. 148). A 15 de Dezembro de 1970, foi comunicado à Assembleia Geral o seguinte:

“The evidence given before the Special Committee has revealed the grim situation of the refugees living inside the occupied territories. The Special Committee visited some of the refugee camps outside the occupied territories and was deeply moved by the unhappy plight of their occupants.” (Special Committee, 1970).

Num novo relatório submetido à Assembleia Geral um ano depois, as NU comunicaram, entre outros pontos, que Israel queria eliminar os sinais da cultura e modo de vida árabe e transformar as zonas num Estado judeu (Special Committee, 1971). Tal como tinha feito em relação à resolução do ano anterior, Israel não prestou atenção a esta comunicação (Cattan, 1977, p. 149).

Um dos motivos pelos quais Israel não se quis separar dos territórios que ocupava foi de cariz económico. Depois da Guerra dos Seis Dias, como escreve Gelvin (2007, p. 185), integrou as economias da Faixa de Gaza e da Cisjordânia na sua, que as transformava. “The israelis found a captive market in the West Bank and Gaza Strip. They enjoyed exclusive rights to export manufactured goods to the territories and, because Israeli farmers had access to subsidies denied [to] residentes of the territories, were able to flood the Palestinian market with cheaper agricultural products.” (Gelvin, 2007, p.185).

¹⁰ Na tradução francesa, não existe a mudança.

1.2. Recuperação do Sinai pelo Egito e as negociações em Camp David

Em outubro de 1973, a memória dos Seis Dias ainda não tinha desaparecido e a paz tardava a chegar, apesar dos esforços das NU. Desta vez, as nações árabes queriam uma desforra pelos territórios que tinham perdido. Egito e Síria sentiam-se “definitivamente preparados” e estavam a ser armados e a receber treino por parte da União Soviética (Labin, 1981, p. 31). Esta seria uma guerra em que EUA e União Soviética, em plena Guerra Fria, se iriam meter e a partir da qual sairiam novos desenvolvimentos para o panorama do MO.

No dia 6 de outubro, quando celebravam o Yom Kippur (Dia da Expição), os israelitas foram alvos de ataques em duas frentes. Ao mesmo tempo, os egípcios conseguiram quebrar a linha Bar-Lev que Israel tinha construído na margem oriental do canal do Suez e entrar pela Península do Sinai, e os sírios avançaram pelos montes Golã, quebrando a linha de cessar-fogo imposta pelas NU. Tudo isto foi conseguido em poucas horas (Weizman, 2007, p. 71). Os egípcios levaram a cabo ataques no ar e no solo: 240 aviões de guerra e 2000 armas egípcias começaram por atacar o Sinai e fizeram 208 mortos no primeiro dia (Gilbert, 1998, p. 474). Ao contrário do que tinha acontecido na guerra de 1967, desta vez os israelitas sofreram contratempos logo no início. A quebra da linha Bar-Lev é considerada a derrota militar mais agri-doce na história das FDI (Weizman, 2007, p. 72). Outra interpretação deste início de guerra foi a visão de que a invencibilidade de Israel era uma coisa do passado (Black, 2017, p. 226).

Os egípcios queriam recuperar a península que tinham perdido para Israel seis anos antes. Mas no dia 14 de outubro, quando as NU impuseram um cessar-fogo (Black, 2017, p. 226), apesar de uma fase de sucesso inicial por parte do Egito, os israelitas, recuperaram e conseguiram destruir as forças egípcias que tinham conseguido penetrar mais adentro da península. Nesse dia, as FDI situavam-se já a 80 quilómetros do Cairo e a 40 de Damascos (Black, 2017, p. 226).

Na madrugada de 22 de outubro, o Conselho de Segurança aprovou a *Resolução* 338, onde estava decretado um cessar-fogo a ser imposto 12 horas depois (Gilbert, 1998, p. 501). Não obstante, os egípcios continuaram na ofensiva e a querer recuperar terreno no Sinai, e os sírios não tinham acabado de atacar as forças israelitas nos Golã.

Em Israel, existia discórdia em relação ao cessar-fogo. Golda Meir, na senda da pressão de Henry Kissinger, era a favor, mas Menachm Begin, que representava a coligação de direita, era contra a posição do governo da primeiro-ministro israelita, pois acreditava que a batalha só terminava quando os egípcios saíssem do Sinai (Gilbert, 1998, p. 502).

No dia 24, numa altura em que os egípcios situados a leste do canal do Suez estavam a dividir-se, o cessar-fogo entrou em vigor e observadores das NU colocaram bandeiras entre os exércitos para assinalar a ocasião do fim da guerra (Gilbert, 1998, p. 503). Israel figurava-se, outra vez, como o vencedor da guerra¹¹. Os egípcios falharam o seu objetivo de reconquistar a península do Sinai. Por sua vez, os sírios perderam ainda mais terreno do que aquele que tinham antes da guerra (Bregman, 2014, p.82).

O fim da Guerra de Yom Kippur, embora não tenha resultado em mudanças significativas e imediatas no que diz respeito à ocupação de território, lançou as bases para os Acordos de Camp David, em 1978, e para os Acordos de Oslo, em 1993.

Segundo Gilbert (1998), foram três as consequências decisivas e mais imediatas para Israel. Em primeiro lugar, estava à vista a dependência que Israel tinha dos EUA, que durante a guerra ajudaram os israelitas militar e economicamente. “Uma vez que a guerra custara a Israel o equivalente a um não inteiro do seu Produto Nacional Bruto, a dívida externa atingiu valores tão altos que o Estado se viu obrigado a depender de um substancial apoio económico dos Americanos. Israel tornou-se (...) o maior beneficiário da ajuda externa dos EUA, recebendo mais de 3000 milhões de dólares por ano.” (Gilbert, 1998, p. 504). Em segundo lugar, Israel viu o seu isolamento internacional intensificar-se devido ao corte de relações diplomáticas dos países de Terceiro Mundo.

A terceira consequência referida por Gilbert tem a ver com o sucesso do Egipto em ter conseguido recuperar a honra perdida em 1967, algo que segundo o autor, foi sempre o objetivo principal. “Uma terceira consequência da guerra foi o facto de, apesar da vitória impressionante de Israel numa perspectiva estritamente militar, o êxito inicial

¹¹ Bregman (2014, p. 93) afirma que a guerra foi desnecessária e que poderia ter sido evitada se Golda Meir tivesse aceiteado a sugestão de Moshe Dayan de retirar as forças israelitas do lado ocidental do Sues e colocá-las a 25 quilómetros da água, algo que foi decidido num acordo celebrado em 1974, entre os Chefes de Estado de Israel e Egipto.

do Egípto, ao atravessar o canal e ao avançar pela linha de Bar-Lev, ter permitido um progresso psicológico que acabaria por levar a um acordo político com o Egípto.” (Gilbert, 1998, p. 504).

O acordo do Egípto com Israel começou a ser desenhado no mês a seguir, quando Israel e Egípto assinaram um cessar-fogo mediado por Henry Kissinger, e que pôs um travão definitivo na guerra (Bregman, p. 2014, p. 92). Em janeiro de 1974¹², os dois países assinaram o Acordo de Separação de Forças do Sinai, que implicou o fim de ações de violência e a deslocação das forças israelitas para uma distância de 25 quilómetros a leste do canal do Suez (Bregman, 2014, p. 92).

A 20 de novembro de 1977, ocorreu um momento histórico importante que alterou as relações israelo-árabes e que marcou a primeira vez que um líder árabe reconheceu o estado de Israel, desde que este foi declarado no ano de 1948. O sucessor de Nasser, Anwar Sadat, visitou Israel, apertou mãos aos seus oficiais e discursou no Knesset. O excerto abaixo citado iria provocar ondas na região do MO:

“Peace and the mercy of God Almighty be upon you and may peace be for us all, God willing. Peace for us all on the Arab land, and in Israel as well (...) I come to you today on solid ground, to shape a new life, to establish peace. We all, on this land, the land of God; we all, Muslims, Christians and Jews, worship God and no one but God.” (Jewish Virtual Library).

Depois Sadat, foi a vez do primeiro-ministro israelita, Menachem Begin, fazer um discurso que deu ênfase ao facto de Israel e Egípto estarem mais próximos:

“I greet the President of Egypt on the occasion of his visit to our country and his participation in this session of the Knesset. The duration of the flight from Cairo to Jerusalem is short but, until last night, the distance between them was infinite. President Sadat showed courage in crossing this distance.” (Israel Ministry of Foreign Affairs).

¹² Em maio de 1974, os israelitas também protagonizaram um acordo com a Síria que terminou com as hostilidades do ano anterior. Israel continuaria a ter posse da maioria dos montes Golã, mas Quneitra e o resto do território que foi conquistado na Guerra de Yom Kippur seria devolvido aos sírios (Bregman, 2014, p. 83). No espaço entre o que era sírio e do que era israelita foi estabelecida uma Zona de Amortecimento onde foi colocada a Força das NU de Observação da Separação.

A abertura com que Sadat falou sobre paz no parlamento israelita e a forma eufórica como foi recebido não caíra bem no resto do mundo árabe. Nos 10 anos anteriores, o Egito, em conjunto com outras nações árabes tinha travado duas guerras contra Israel. O discurso de paz no Knesset fez com que Sadat e o Egito ficassem mais distantes do resto do mundo árabe (Goodman, 2018, p. 43).

Além de discursar pela paz, Sadat, ao contrário de Begin, aproveitou a ocasião para falar sobre a situação da Palestina, usando um tom que os israelitas consideraram ameaçador (H.D.S. & Washington Post Foreign Service, 1977):

“(…) no one can build his happiness at the expense of the misery of others. (...) If you have found the legal and moral justification to set up a national home on a land that did not all belong to you, it is incumbent upon you to show understanding of the insistence of the People of Palestine on establishing, once again (sic) a state on their land.” (Jewish Visual Library).

Sadat foi muito aplaudido pelos membros do Knesset, tal como Begin, mas após os dois discursos, os ânimos no parlamento tinham resfriado (H.D.S. & Washington Post Foreign Service, 1977). “Although his dramatic gesture in coming to Israel has opened up new opportunities for dialogue, the Knesset speeches today did little to advance the cause of peace. More important, the Israelis so far publicly have given Sadat nothing with which to win back approval of the rest of the Arab world for his visit to Jerusalem.” (H.D.S. & Washington Post Foreign Service, 1977). Tal como conta a reportagem do Washington Post, num momento inicial, a visita de Sadat a Israel pouco ou nada fez para atingir a paz, e as negociações entre o presidente egípcio e o primeiro-ministro israelita passaram por tempos difíceis. Um dos motivos foi a insistência egípcia para não se ignorar a questão do estado político dos palestinianos, aspecto que Israel preferia manter de fora de qualquer acordo que fizesse com o Egito (Goodman, 2018, p. 43-44).

Em 1978, eram poucas as esperanças por um acordo de paz e as relações entre Sadat e Begin tinham atingido um nível mais baixo, depois do primeiro-ministro israelita ter recusado o pedido do presidente egípcio para praticar uma ação de paz ao retirar parte

das suas forças militares da península do Sinai¹³ (Bregman, 2014, p. 112). No início de Setembro, perante este cenário de discórdia, o presidente norte-americano Jimmy Carter tomou convidou os dois líderes para o retiro presidencial de Camp David, no estado do Maryland. O gesto de Carter foi de alto risco: “on the one hand, Sadat’s insistence on an end to the Israeli occupation of the entire Sinai, a solution to the Palestinian problem (...); on the other hand, Begin’s attempt at minimizing the price he would have to pay for a peace with Egypt. And the danger was that if such a high-level summit failed then hope for any resolution would all but disappear.” (Bregman, 2014, p. 112).

A escolha de Camp David para ser o local do encontro não foi por mero acaso: “Carter hoped that the enforced seclusion would avoid performances for domestic consumption but both Begin and Sadat had direct phone lines and leaked whatever suited them. “ (Black, 2017, p. 245). As negociações foram intensas¹⁴ e morosas, e o presidente norte-americano tinha à sua frente duas personalidades bem distintas: Sadat era mais acolhedor e aberto, ao passo que Begin era rígido, não ajudava muito e estava muito preocupado com tecnicidades¹⁵ (Bregman, 2014, p.112).

Terminadas as negociações, os dois lados tinham conseguido o que queriam, com uma condicionante que dizia respeito aos palestinianos. Begin concordou em retirar as forças militares israelitas e as colónias da península do Sinai e Sadat¹⁶ deixou de insistir fortemente numa retirada total da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, provocando a demissão do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE), Mohammed Ibrahim Kamel (Black, 2017, p. 245).

Os Acordos de Camp David foram finalmente assinados a 26 de março de 1979, durante uma cerimónia na Casa Branca que juntou novamente os líderes que estiveram presentes em Maryland. O acordo final, que na altura foi o maior avanço na tentativa de resolver o conflito Israelo-Árabe (Black, 2017, p. 245), estipulava que os israelitas tinham

¹³ Begin disse o seguinte: “‘Not even one grain of desert sand,’ (...) ‘Nobody can get anything for nothing.’ (Bregman, 2014, p. 112);

¹⁴ Durante as negociações, existiram ameaças de abandono e Jimmy Carter teve mesmo que bloquear a porta para impedir que Sadat fosse embora (Black, 2017, p. 245);

¹⁵ Anwar Sadat e Menachem Begin receberam em conjunto o Nobel da Paz de 1978;

¹⁶ Outro benefício para Sadat foram os 1.3 mil milhões de dólares anuais que os EUA começaram a oferecer às forças armadas do Egipto (Black, 2017, p. 245);

de sair do Sinai num espaço de três anos, o que veio a acontecer na totalidade a 23 de abril de 1982¹⁷ (Bregman, 2014, p. 121); por sua vez, Begin nunca teve vontade de tratar a questão palestina do acordo, beneficiando também da falta de insistência de Sadat (Bregman, 2014, p. 121). A ocupação da península tinha terminado, e o momento assinalou a primeira vez que Israel devolveu um território que ocupou em 1967, no decorrer da Guerra dos Seis Dias.

1.3. As revoltas palestinas contra Israel

Em dezembro de 1987, começou o primeiro grande movimento de revolta palestina contra Israel que faria nascer o Hamas¹⁸, movimento nacionalista palestino fundado na Faixa de Gaza por membros da Irmandade Muçulmana (Pappe, 2017b, 177). A Primeira Intifada, como ficou conhecido o movimento, foi algo que surgiu como protesto contra a ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, que já tinha entrado no seu 20º ano (Gelvin, 2007, p.113). Durante a revolta, que culminou nos Acordos de Oslo de 1993, a Unified National Leadership of the Uprising (UNLU), que coordenou a Intifada^{19,20}, lançou um comunicado que continha o seguinte:

“O masses of our great Palestinian people. O masses of the people of stones and Molotov cocktails. O soldiers of justice who are participating in our people’s valiant uprising. (...) A greeting of reverence and admiration to these great people who recorded the most splendid epics of struggle; (...)” (Lockman & Bein, 1989, p. 331).

Segundo Hitchcock (2016), esta forma de comunicação da UNLU tinha como intenção apelar às emoções dos palestinos localizados nos territórios ocupados, o que contribuiu para que a Intifada durasse anos. “Printed paper leaflets and communiqués

¹⁷ Sadat nunca chegou a assistir à desocupação total, pois foi assassinado em 1981, no Cairo, quando se celebrava o oitavo aniversário da Operação Badr, em que os egípcios atravessaram o canal do Suez e penetraram na linha Bar-Lev;

¹⁸ Gelvin (2007, p. 225) afirma que os palestinos que apoiam o Hamas, o fazem porque julgam ser uma forma mais efetiva do que a OLP para atingir os objetivos nacionalistas; o Hamas, que não se juntou à OLP, é descrito como sendo um movimento que não descarta a sua autonomia organizacional (Gelvin, 2007, p. 226);

¹⁹ Não existiu qualquer organização que tivesse iniciado a Intifada por sua iniciativa; o esforço surgiu de grupos como o Fatah e a Frente Popular para a Libertação da Palestina (Lockman & Bein, 1989, p. 39);

²⁰ “Intifada” significa “sacudir” em árabe (Gelvin, 2007, p. 213).

were distributed to the local population by young activists and members of established Palestinian political organizations.” (Hitchcock, 2016, p. 5).

A Primeira Intifada foi marcada por vários tipos de rebelião palestina contra Israel, como as greves, os boicotes económicos e a violência. Depois de terem começado a ocupar Gaza e a Cisjordânia em 1967, oficiais de segurança israelita julgavam que tinham arranjado uma forma de conter a violência nos TPO, mas o início da revolução provou-os errados (Alpher, 2016, p. 81). Os palestinos atacavam, na maioria das vezes, com recurso a arremesso de pedras e *cocktails molotov* contra tanques, carros e infraestruturas israelitas, que retaliaram: “A week later, six Palestinians had already been killed in the brutal Israeli retaliation to the stone throwing, demonstrations and makeshift roadblocks. The number of dead Palestinians rose dramatically in the first few months of the Intifada, most of them killed in nonviolent demonstrations.” (Pappe, 2017b, p. 173). Uma forma que as forças militares israelitas tinham de atacar era o uso de força excessiva sobre palestinos que participavam em protestos contra as práticas de Israel nos territórios ocupados (Tilley, 2012, p. 131). O Conselho de Segurança das NU, quando viu que Israel começou a recorrer a métodos como deportações, redigiu a *Resolução 607 e 608* como maneira de chamar a atenção de Israel, mas não adiantou (Pappe, 2017b, p. 173). No final dos confrontos, contaram-se um milhar de palestinos mortos por israelitas (Pappe, 2017b, p. 173). O número de israelitas mortos não chegou a uma centena, tanto dentro como fora dos TPO (B’Tselem b).

Além de mortos, houve muitos palestinos presos. A 17 de março de 1988, o comandante das FDI na Cisjordânia, Aluf Amram Mitzna’, emitiu a *Ordem 1229*, que permitia que qualquer militar israelita pudesse prender uma pessoa que achassem ser um perigo para a região em que se encontrassem (Kassim, 1990, p. 248). Como refere Tilley (2012), esta ordem era para ter sido excepcional, mas foi usada recorrentemente. Entre dezembro de 1987 e 1989, as autoridades israelitas prenderam 50.000 palestinos, 10.000 dos quais foram colocados em detenção administrativa (Al-Haq, 1990, p. 285).

Antes da 1987, a mão-de-obra palestina tornou-se muito dependente na economia israelita: “After 1967, jobs inside Israel became increasingly important to Palestinian labourers in the OPT and Palestinian labour became especially important to

Israel's construction industry both within Israel and in the OPT.” (Tilley, 2012, p. 168). Durante a rebelião, para punir os palestinos, os israelitas começaram a cortar acesso a trabalhos dentro do país e a contratar mão-e-obra estrangeira, o que naturalmente resultou num alto nível de desemprego e redução de salários (Tilley, 2012, p. 168).

Em 1988, a OLP começou a ver a maior parte da sociedade palestina apoiava a sua vontade em cooperar com forças de paz israelitas que eram contra a ocupação (Reinhart, 2004, p. 16). A 15 de novembro desse ano, numa sessão do Conselho Nacional Palestino (CNP) realizada em Argel, Yasser Arafat, presidente da OLP, proclamou a *Declaração da Independência da Palestina*, que foi escrita pelo poeta palestino Mahmoud Darwish. A sessão também serviu para a OLP apoiar a solução de dois estados: “Num voto esmagadoramente maioritário de 253 contra 46, aprovou resoluções inequívocas aceitando a partição da Palestina histórica, pela qual um Estado palestino e um Estado israelita coexistiriam ao longo das fronteiras anteriores a 1967, como determinado nas resoluções 181, 242 e 338 da ONU.” (Reinhart, 2004, 16). Deste modo, o CNP não negava a legitimidade de Israel.

No seu discurso, Arafat declarou também que Jerusalém seria a capital do estado palestino, que iria incluir a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e o setor árabe de Jerusalém (Ibrahim, 1988). Mas esta visão não ia ser concretizada logo a seguir: “(...) the announcement was mainly a political declaration of hope and intent without immediate practical meaning.” (Ibrahim, 1988). Yitzhak Shamir, primeiro-ministro de Israel de 1986 a 1992, não mostrou apoio pela *Declaração*, e mesmo antes de ter sido lida por Arafat, afirmou que a mesma não mudaria nada em relação a Israel e aos TPO (Ibrahim, 1988).

A Primeira Intifada culminou nos *Acordos de Oslo*, celebrados em setembro de 1993, numa cerimónia na Casa Branca com a presença de Yasser Arafat, Yitzhak Rabin e do presidente norte-americano, Bill Clinton. Foi o resultado de meses de negociações secretas que ocorreram em Oslo com a presença de membros do governo israelita e membros da OLP, com a presença do MNE norueguês, Johan Jørgen Holst.

Os *Acordos* apareceram numa altura em que o governo israelita, liderado pelo partido Likud, começou a construir ainda mais colónias nos TPO e a encorajar os

empregadores israelitas a dar trabalho aos estrangeiros que substituíam os palestinos (Gelvin, 2007, p. 232-233).

Os pontos principais acordados entre a OLP e o governo israelita foram os seguintes: Israel reconhece a OLP como os representantes dos palestinos e a OLP reconhece o direito do Estado de Israel de existir em paz e segurança (Gelvin, 2007, p. 233-234). As duas partes também acordaram na criação da Autoridade Nacional Palestina (ANP), que teria o papel de autoridade governativa sobre a Faixa de Gaza e Cisjordânia. A razão por que os Acordos de Oslo foram celebrados em solo norte-americano é explicada por Brown & Ainley (2012, p. 167): “(...) a cerimônia de assinatura decorreu no relvado da Casa Branca, porque todas as partes consideraram necessário que o poder dos EUA ficasse associado ao resultado. Só os EUA têm a capacidade de recompensar os avanços e de punir a falta deles – a garantia da Noruega e do Egito não seria suficiente”.

Dois anos mais tarde, palestino e israelitas assinaram em Taba, na península do Sinai, aquilo que ficou conhecido como *Acordos de Oslo II*. A Cisjordânia era para ser dividida em três zonas: A, B e C. As forças israelitas teriam de se retirar imediatamente das zonas A e B, ao contrário do que aconteceria na Zona C (Gelvin, 2007, p. 236). No total, a ANP, que em 1996 elegeu Yasser Arafat como o seu primeiro presidente, teria controlo sobre 70% da Cisjordânia e os israelitas teriam estradas que ligariam as colónias entre si e a Israel (Gelvin, 2007, p. 236).

Era suposto os *Acordos de Oslo* terem ajudado a resolver o conflito entre Israel e Palestina, mas a verdade é que isso não aconteceu. O falhanço em atingir a paz começou antes do acordo ter sido assinado: nos TPO, existiam muitas queixas de corrupção contra os aliados de Yasser Arafat em Tunes²¹ e a sua liderança era considerada não-democrática (Reinahrt, 2004, p. 19). O líder palestino decidiu assinar um acordo que não continha a descolonização israelita de Gaza, fazendo-o sem conhecimento prévio e para

²¹ A OLP fugiu da guerra do Líbano, em 1982, e foi para Tunes, onde estabeleceu a sua base de operações até 1994, altura em que regressou a Gaza. Murphy (1994), cita um membro da OLP que afirma o seguinte acerca do regresso de Arafat: “The next two months for Arafat are going to be very, very difficult – going to Gaza, empty-handed and with a big smile, (...) Arafat gave promises to the Israelis and the Palestinians while he was outsider. Now he’s inside, and both sides will be asking him to fulfill his promises.”;

descontentamento da delegação local palestina, que era liderada por Haidar Abd-el Shafi e obtinha maior respeito nos TPO (Reinhart, 2004, p. 19). Durante os sete anos (1993-2000) em que os Acordos e Oslo estiveram frescos na memória dos dois lados envolvidos no conflito, a ANP só conseguiu controlar aproximadamente 18% dos 70% que era suposto na Cisjordânia, ao passo que Israel duplicou o número de colonos nos TPO (Gelvin, 2007, p. 240).

Depois de *Oslo I*, quem aproveitou o momento de baixa popularidade de Arafat foi o primeiro-ministro israelita eleito em 1992: “(...) Rabin não conseguiu resistir à oportunidade, proporcionada pela fraqueza de Arafat, de transformar este momento histórico único numa forma incrementada de dominação e controlo israelitas²².” (Reinhart, 2004, p. 20). A Faixa de Gaza foi uma zona muito afetada pelo oportunismo de Rabin e as condições de vida nessa região pioraram depois de um celebração de um acordo de paz. “Rodeada por vedações electrónicas e postos militares, completamente isolada do mundo exterior, a Gaza palestina transformou-se num enorme gueto-prisão. Os padrões de vida em Gaza, que se encontravam já entre os mais baixos do mundo, sofreram uma deterioração acentuada desde Oslo.” (Reinhart, 2004, p. 20). Reinhart (2004) menciona ainda o facto de que, desde Oslo, os palestinianos residentes em Gaza não podem obter vistos de saída, nem para visitar familiares na Cisjordânia, mas só muito poucos é que o conseguem para trabalhar em Israel.

Dois meses depois de *Oslo II*, o assassinato de Yitzhak Rabin demonstrou que os acordos de paz não eram consensuais entre os israelitas. Depois de ter participado num comício a favor dos *Acordos de Oslo*, o ex-primeiro ministro israelita foi baleado enquanto caminhava para o carro; O atirador foi Yigal Amir, que era a favor da ocupação israelita (Schmemann, 1995). A morte de Rabin levou a mudanças significativas em Israel, e durante três anos, um governo dominado pelo Likud, partido de direita, tentou abrandar aquilo que era pretendido com os acordos (Gelvin, 2007, p. 239). Quanto o Partido Trabalhista voltou a governar, já era tarde para desfazer as ações do Likud (Gelvin, 2007, p. 239).

²² Inicialmente, durante as negociações de Oslo, Rabin queria que as forças de Israel se retirassem dos TPO: “(...) o que ele talvez tenha considerado uma reacção necessária à opinião pública israelita em mudança.” (Reinhart, 2004, p. 19-20).

A ineficácia dos *Acordos de Oslo* em alterar o rumo do conflito entre Israel e Palestina atingiu o seu ponto máximo em 2000, quando se iniciou a Segunda Intifada. Esta revolta, em conjunto com a que foi iniciada em 1987, mostra que a violência é eficaz em alterar o rumo do conflito (Alpher, 2016, p. 83). A Segunda Intifada foi mais violenta e foi catalisadora para novos desenvolvimentos na Faixa de Gaz e na Cisjordânia.

Em julho, o presidente norte-americano, Bill Clinton, reuniu o primeiro-ministro israelita, Ehud Barak, e o presidente da ANP, Yasser Arafat, em Camp David, mas o encontro não produziu frutos. O falhanço das negociações levaram, segundo Alpher (2016, p. 80), ao surgimento de uma Segunda Intifada sangrenta. Reinhart (2004, p. 83) explica o acontecimento que deu início à onda de violência: “O actual levantamento palestino foi desencadeado pela visita provocatória de Ariel Sharon ao Haram al Sharif/Monte do Templo em Jerusalém, em 28 de setembro de 2000, acompanhado por centenas de soldados.”.

Os ataques da revolta de 2000 foram mais violentos que os da de 1987, e a grande diferença notou-se nos altos números de bombistas-suicidas. O período mais crítico foi de 2000 a 2003, em que existiram 95 ataques de bombistas-suicidas em Israel e nos TPO (Gelvin, 2007, p. 221). “While a number of these bombings were carried out by factions associated with the PLO, most can be laid at the doorstep of the Islamic political organizations. Targeting both Israeli soldiers in the territories and civilians in Israel, suicide bombers killed upwards of 366 Israelis during this period.” (Gelvin, 2007, p. 221). Para combater a violência que assolava o seu território, Israel começou a construir em 2002 um muro para separar a Cisjordânia do seu território. Dois anos mais tarde, o Tribunal Internacional de Justiça (TIC) emitiu um *Parecer Consultivo* a admitir que Israel foi alvo de ataques violentos, mas que a construção do muro violava algumas obrigações sob a lei humanitária e de Direitos Humanos. Em 2005, nasce o movimento Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS), que lançou um apelo que mencionou a decisão do Tribunal Internacional como base para afirmar que a construção do muro à volta da Cisjordânia e a ocupação dos territórios árabes são ilegais segundo a Lei Internacional.

Israel tentou rapidamente abafar a revolta palestina, colocando tanques em várias cidades palestinas: “Thousands of Palestinians were killed, countless more

injured and imprisoned, and an untold number of Palestinian families experienced a sacrifice in one form or another.” (Munayyer, 2016, p. 283). Desde o início da Segunda Intifada até fevereiro de 2007, foram presos aproximadamente 45.000 palestinos (Tilley, 2012, p. 140). As famílias palestinas também sofreram, pois Israel terminou com o funcionamento de um plano pesadamente burocrático que permitia o regresso de membros de família que perderam residência nos territórios ocupados devido a ordens militares (Tilley, 2012, p. 158). De 2000 a 2005²³, morreram aproximadamente 3.000 palestinos e 1.000 israelitas (Gelvin, 2007, p. 244-245).

A economia e os níveis de desemprego palestinos sofreram uma descida e subida, respetivamente. De 1999, altura em que a economia palestina estava a crescer, até à explosão dos confrontos, o Produto Interno Bruto (PIB) palestino desceu de 4.512 milhões de dólares para 3.557, e desceu de 4.443 milhões de dólares para 3.901 entre 2005 e 2007²⁴ (Tilley, 2012, p. 168). Devido à vontade de Israel em procurar mão-de-obra estrangeira, o desemprego palestino subiu de 10 para 25%, num período compreendido entre 2000 e 2005 (Tilley, 2012, p. 168).

A 12 de setembro de 2005, os palestinos em Gaza viram as últimas tropas israelitas saírem da zona, terminando assim uma presença que já tinha 38 anos²⁵ (Myre, 2005). Apesar disso, Israel não largou Gaza completamente. Em 2006, o Hamas venceu as eleições parlamentares, e retirou ao Fatah o controlo sobre toda a Faixa em 2007, depois de um conflito armado entre os dois lados²⁶. Com a subida ao poder do Hamas, Israel impôs um bloqueio terrestre, aéreo e marítimo à Faixa de Gaza, com o objetivo de isolar o território de forma económica e comercial.

A desocupação de Gaza marcou a segunda vez, depois da retirada da península do Sinai, que Israel se retirou militarmente de um território que conquistou em 1967, na Guerra dos Seis Dias.

²³ Tal como acontece com a Primeira Intifada, a segunda não tem data “oficial” de término;

²⁴ “The economy in the OPT recovered briefly in 2003 but remained severely affected by Israeli restrictions on exports and movement.” (Tilley, 2012, p. 168);

²⁵ Algumas cidades na Cisjordânia também foram desocupadas;

²⁶ A ANP controla a Cisjordânia e o Hamas controla a Faixa de Gaza, acabando uma uniformidade governamental palestina.

2. Estado da Questão sobre o movimento BDS

Exatamente um ano após o Tribunal Internacional de Justiça ter emitido um *Parecer Consultivo* em que considerou ilegal a construção de um muro que Israel estava a fazer à volta da Cisjordânia, nasceu o *Boycott, Divestment and Sanctions* (BDS), um movimento que se guia pela seguinte princípio: “Palestinians are entitled to the same rights as the rest of humanity” (What is BDS?). A 9 de julho de 2005, numa altura em que o muro ainda não tinha sido derrubado, mais de 170 grupos da sociedade civil palestina, onde se incluem partidos políticos, sindicatos, redes de refugiados e de Organizações Não Governamentais (ONG), organizações de mulheres e outras organizações populares (Barghouti, 2011, p. 5), redigiram uma *Chamada* onde se apela ao boicote, ao desinvestimento e às sanções a Israel e a instituições a si ligadas, até que este Estado cumpra com a lei internacional ao tomar as seguintes três medidas:

“1 - Ending its occupation and colonization of all Arab lands and dismantling the Wall; 2 - Recognizing the fundamental rights of the Arab-Palestinian citizens of Israel to full equality; 3 - Respecting, protecting and promoting the rights of Palestinian refugees to return to their homes and properties as stipulated in UN resolution 194.” (Palestinian civil society, 2005)

No seu *website* oficial, o BDS explica o que entender ser as três formas de pressão sobre Israel. Boicote significa retirar apoio de três áreas: do regime de *apartheid* de Israel, instituições desportivas, culturais e académicas israelitas que sejam cúmplices, e de todas as companhias nacionais e internacionais que contribuam para a violação dos direitos humanos palestinos; Desinvestimento é incitar a que instituições como bancos, igrejas e universidades retirem investimentos do Estado de Israel e de todas as companhias nacionais e internacionais que contribuam para a manutenção do *apartheid* israelita; As Sanções têm como objetivo pressionar governos a acabarem com o *apartheid* israelita, ao proibir negócio com povoações israelitas ilegais, findar negócios militares e acordos de negócio livre, e, por fim, suspender a condição de membro que Israel tem em instituições

internacionais como as Nações Unidas e a FIFA (Fédération Internationale de Football Association) (What is BDS?).

Desde que o movimento apareceu há mais de uma década, foram vários os acontecimentos e personalidades que contribuíram para que houvesse uma maior exposição do BDS. Fruto disso, foram crescendo também os estudos realizados sobre o movimento. Nestes trabalhos, na sua maioria artigos científicos, versa-se sobre questões como: quais as origens e motivações do BDS? Será que é mesmo um movimento não-violento, como os seus apoiantes afirmam? É um movimento que consegue atingir os seus objetivos de forma eficaz? O apoio ao movimento está a crescer ou não?

Uma vez analisados artigos e livros que foram escritos sobre o BDS, é possível aferir que existem três formas bem distintas de abordar o movimento e as suas várias questões. Existem textos escritos por autores que são claramente a favor do BDS e da reivindicação dos direitos do povo palestino. Por outro lado, há quem caracterize o BDS como sendo um movimento antissemita que tem como objetivo principal a destruição do Estado de Israel. No meio destes dois extremos, situam-se autores que discutem aqueles que para si são os pontos positivos e negativos do BDS sem afirmarem abertamente se apoiam ou não o movimento.

Considerando esta tríade de leituras do BDS, e para discutir sobre a forma como elas são feitas, será pertinente olhar para o conceito de *frame*, explicado no livro *Steps To An Ecology of Mind*, escrito em 1972 pelo antropólogo inglês Gregory Bateson, e explorado mais tarde pelo sociólogo canadiano-americano Erving Goffman, no livro *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*, originalmente publicado em 1974.

Bateson classifica *frame* como sendo um “conceito psicológico” e tendo um fator de inclusão: “Psychological frames are inclusive, i.e., by excluding certain messages certain others are included (...) The frame around a picture, if we consider this frame as a message intended to order or organize the perception of the viewer, says, «Attend to what is within and do not attend to what is outside.»” (Bateson, 1972, p. 187). Goffman inspirou-se em Bateson e oferece a sua própria definição de *frame*: “I assume that definitions of a situation are built up in accordance with principles of organization which

govern events – at least social ones – and our subjective involvement in them; frame is the word I use to refer to such of these basic elements (...)” (Goffman, 1986, p. 11).

O enquadramento que os autores utilizam para olhar para o BDS e as suas questões é inerente aos diversos contextos, como o religioso e o profissional²⁷, que influenciam a maneira de analisar o movimento. No meio das várias origens dos autores que escrevem sobre o BDS, não é surpresa constatar que existem uns de origem palestina e outros de origem israelita ou ligados à religião judaica.

O Apelo de 2005 diz que o movimento foi inspirado na luta sul-africana contra o *apartheid*²⁸ (Palestinian Civil Society, 2005). O movimento BDS na África do Sul teve duas fases. Em 1952, o Congresso Nacional Africano (CNA) apelou a movimento não-violento de luta realizada através de campanhas internas e internacionais, mas as segundas só começaram a aparecer no final da década (Stefano & Henaway, 2014). O apelo foi feito porque, como fez notar Albert Luthuli, presidente do ANC da altura, as negociações com o governo sul-africano de minoria branca não estavam a ter sucesso (Stefano & Henaway, 2014). A década de 80 foi muito importante para o sucesso que o BDS teve na África do Sul: “For example, in 1985, boycotts of white-owned businesses in the city of Port Elizabeth were so effective that the apartheid regime responded with the first state of emergency in twenty-three years. A three-day general strike in June 1988 mobilized more than three million workers and students, paralyzing industry; it was followed by an even larger general strike in August 1989. Many of these actions were coordinated by the Mass Democratic Movement under the umbrella of the United Democratic Front (UDF) chaired by Archbishop Desmond Tutu” (Stefano & Henaway, 2014, p. 20).

A influência que a luta sul-africana teve no Apelo de 2005 não escapa à larga maioria dos académicos, mas Paul Di Stefano e Mostafa Henaway, escrevendo na *Peace Review*, são os que mais aprofundam esta parte da história, oferecendo até um detalhe não

²⁷ Em relação à dimensão religiosa: existem vários autores que têm uma visão negativa do BDS pelo facto de estarem ligados à religião judaica; as profissões dos autores também influenciam a sua opinião, como é o caso de Rebecca Gould, uma académica que já esteve associada a uma instituição académica israelita e que afirma ser apoianta do BDS, mas que não sabe como pôr em prática o seu apoio. (Gould, 2016).

²⁸ Implementada na África do Sul em 1948 pelo governo do Partido Nacional, a política do apartheid era a separação das pessoas com base na sua raça e influenciava vários aspectos do dia-a-dia daqueles que eram discriminados, como o local onde podiam viver e trabalhar (Clark & Worger, 2011, p. 3);

encontrado nos outros trabalhos analisados: o BDS na Palestina tem muito daquilo que foi a luta do BDS sul-africano, que por sua vez se inspirou em outro movimento. “Drawing on the success of the anti-colonial movement in India where the Congress Party led an effective campaign to address the unfair British monopoly on salt production, as well as the taxes levied on this staple product (...)” (Stefano & Henaway, 2014, p. 19). Stefano, ativista e investigador no John Abbott College, em Sainte-Anne-de-Bellevue, Quebec, e Henaway, escritor e ativista da solidariedade com a Palestina, analisam o impacto deste movimento não-violento na África do Sul, fazendo a ligação ao BDS iniciado, como aponta Barghouti (2011, p.4), pela maioria da sociedade civil palestina²⁹. Os autores dão conta de que o CNA e o South African Indian Congress (SAIC) uniram esforços para organizar uma “campanha de desafio” que foi semelhante à da Índia.

Num artigo divulgado na publicação *Israel Affairs* com um título que não deixa margem para dúvidas sobre a sua posição em relação ao BDS (“The BDS message of anti-Zionism, anti-Semitism, and incitement to discrimination”), Joel S. Fishman, que faz parte do Jerusalem Center for Public Policy, prefere ignorar a influência sul-africana, focando-se, em vez disso, naquilo que diz serem desenvolvimentos de longo e de curto prazo que, diz o autor, deram espaço para a emergência do BDS.

Como exemplo de desenvolvimentos de curto prazo, o autor refere dois acontecimentos que tiveram lugar em 2002: a Operação “Defensive Shield” e a construção da barreira de Gaza.

Em relação aos acontecimentos de longo-termo, Fishman fala na Segunda Intifada, que durou desde 2000 até 2005. O autor afirma que Yasser Arafat concluiu que não ia conseguir destruir Israel através de negociações pacíficas, que membros da liderança palestina revelaram que o ex-presidente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e da Autoridade Nacional Palestiniana lançou a Segunda Intifada em 2000 depois de regressar da cimeira de Camp David, realizada em julho de 2000 e que

²⁹ Em inglês, “Palestinian civil society” é uma expressão muito usada para designar os que lançaram a chamada do BDS.

também contou com a presença do então Primeiro-ministro israelita Ehud Barak³⁰, e que o seguinte relato por si exposto é “digno de nota”: “(...) during that summer, Israeli intelligence detected the Palestinian preparations for war, and that the Israel Defence Forces were being readied for confrontation”. Para Fishman, estas ações foram o contexto para uma nova ronda de violência mortal e ataques de terrorismo palestino contra grandes números de cidadãos Israelitas inocentes.

Apesar das afirmações de Fishman, que em altura alguma fala de terrorismo por parte dos israelitas, durante a Segunda Intifada morreram mais palestinos do que israelitas, facto confirmado por diferentes fontes, ainda que com disparidade em relação aos números. O Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories (B'Tselem), organização de direitos humanos israelita respeitada tanto por israelitas como por palestinos (Brym & Maoz-Shai, 2009, p. 613), fez a contagem do número de mortos num período que se estende desde outubro de 2000 até dezembro de 2008, quando se iniciou o conflito em Gaza, e os resultados são esclarecedores: as forças de segurança israelitas terão matado 4878 palestinos (inclusive 952 crianças abaixo dos 17 anos), e os palestinos terão matado 1063 Israelitas (731 eram civis) (IMEU, 2012).

O movimento BDS caracteriza as suas três formas de pressão sobre Israel como medidas não-violentas (Palestinian civil society, 2005). Os que criticam o BDS de forma negativa dizem que o movimento é violento e tem como intenção a destruição de Israel. Esta dualidade de visões é admitida por Culcasi (2016), que acrescenta ainda uma terceira forma de olhar para o movimento: “For many others still, BDS is something that they may have heard of, but something, but something that they do not know much about” (Culcasi, 2016, p.258).

Barghouti (2011), Khader (2012), Ananth (2013), Di Stefano & Henaway (2014), Munayyer (2016) e Salaita (2016) subscrevem a visão de que o BDS pratica uma forma de pressão não-violenta sobre Israel. Num livro em que põe lado a lado os estudos Índio-Americanos e Palestinos, Steven Salaita explica em que consiste a faceta não-violenta

³⁰ O presidente norte-americano William Jefferson Clinton, mais conhecido por Bill Clinton, também marcou presença na cimeira.

do BDS: “(...) void of guns and platforms and legislation, but with enough support it has the potential to topple a colonial empire (...)” (Salaita, 2016, p. 49).

A forma de resistência não-violenta do movimento BDS, algo que, segundo Barghouti (2011), está a ser apoiado por quase todos os setores sociedade palestina pela primeira vez, é descrita por Sriram Ananth como uma estratégia de vantagem moral contra o opressor. “It puts the oppressor on the defensive by going on the offensive, framing the conditions of liberation rather than having them framed by the oppressor” (Ananth, 2013, p. 141).

Yousef Munayyer afirma que Israel prefere manter a ocupação dos territórios (status quo) do que chegar a um acordo de paz, porque traz várias vantagens, como mão-de-obra barata e oportunidade de explorar recursos da terra ocupada. “International campaigns to boycott, divest from, and sanction Israel are the most significant, nonviolent way to increase the costs of the status quo” (Munayyer, 2016, p. 284). Segundo Munayyer, os legisladores em Israel preferem acarretar os custos da ocupação em vez dos da retirada, então, para o autor, a forma de mudar a mente de quem governa o Estado é aumentar os custos do status quo.

O aspecto da não-violência é algo destacado muitas vezes pelos claros apoiantes do BDS e é um dos grandes estandartes do movimento. Stefano & Henaway (2014) escrevem que o facto de a pressão imposta pelo BDS ser não-violenta gerou muita atenção, tornando-se numa de duas razões devido às quais houve um aumento no apelo a uma estratégia como o BDS à escala internacional³¹.

Hallward & Shaver (2012) não são tão assertivos em atribuir a característica da não-violência a todas as três formas de pressão do BDS. Os autores referem que o boicote e o desinvestimento são postos em prática por grupos de sociedade civil locais e globais com a intenção de mudar as políticas locais, domésticas e internacionais; por outro lado, afirmam também que as sanções são impostas por estados, mas que os grupos de sociedade civil podem pressionar os governos a implementá-las.

Maia Carter Hallward e Patrick Shaver dizem que as três táticas de pressão do BDS não são novidade nas Relações Internacionais e que as suas naturezas são diferentes

³¹ Os autores consideram que o segundo motivo foi o massacre de Sharpeville, em 1960.

do seu uso. “It is important to keep in mind that although all of these tactics are nonviolent in the sense that they are done without recourse to military force or physical coercion, not all uses of boycott, divestment, and sanctions can be considered forms of nonviolent resistance” (Hallward & Shaver, 2012, p. 391). Em 2011, Mingst & Arreguin-Toft (citados em Hallward & Shaver, 2012, 391) deram um exemplo de como é que as sanções podem não ser consideradas não-violentas: “(...) although sanctions are often used with the express purpose of avoiding military intervention, they are frequently used as part of power politics and therefore are not nonviolent tactics per se”.

Os autores que têm uma visão negativa do BDS acusam o movimento de ser antissemita e de pretender a queda do Estado de Israel, duas visões nunca propostas pelos apoiantes do BDS. O antissemitismo é algo que Sheskin & Felson (2016) dizem ser a origem do movimento: “ ‘BDS movement’, an effort born, in effect, in the shadow of anti-Semitism, and unable to this day to shed intolerance of Jews, Judaism, and the Jewish state from its core values” (Sheskin & Felson, 2016, p. 270).

Yemini (2011) afirma que o BDS não tem só como objetivo acabar com a ocupação da Cisjordânia e Gaza. No seu artigo publicado na *Middle East Quarterly*, revista trimestral que analisa assuntos do Médio Oriente e do Islão com aproximação aos “interesses americanos” (*Middle East Quarterly*, 2009), Ben-Dror Yemini cria uma nota de rodapé no ponto em que fala da queda de Israel que o autor diz que o BDS pretende. Nessa nota, Yemini cita a seguinte referência bibliográfica: “‘Palestinian United Call for BDS against Israel,’ Palestinian BDS National Committee, July 9, 2005”. A intenção terá sido citar a Chamada do BDS, que foi publicada a 9 de julho de 2005 e que no website oficial tem um nome diferente (“Palestinian Civil Society Call for BDS”). A Chamada nunca refere a queda de Israel como um objetivo do movimento.

Com uma visão semelhante à de Yemini, Rosen (2018) considera que o BDS não difere de outros movimentos radicais e que a sua campanha não admite o diálogo. “Its own ideology—the destruction of Jewish sovereignty in Israel—cannot abide even the existence of liberal, tolerant, pluralistic, and progressive Israeli institutions and actors” (Rosen, 2018, p. 285). O autor afirma que o projeto do movimento é de anti normalização com vista a terminar cooperação com centros de progresso e reforma em Israel.

Quem vai mais longe nas críticas ao BDS são Greendorfer (2017) e Pessin & Ben-Atar (2018). O primeiro publicou um longo artigo com o título “The BDS Movement: That Which We Call a Foreign Boycott, by Any Other Name, Is Still Illegal”, que contém a seguinte passagem “Because the BDS Movement is affiliated with other illegal foreign boycotts and has ties to designated foreign terror organizations, supporters face significant risks, including severe monetary penalties and criminal liability under federal anti-boycott, anti-trust, and antiracketeering laws” (Greendorfer, 2017, p. 4). Os segundos vão mais longe nas críticas, chegando a nomear as organizações terroristas a que se referem: “Studies of the BDS coalitions find broad and deep financial, material, and ideological connections to antisemitic jihadi and terrorist organizations, including the Muslim Brotherhood and the Popular Front for the Liberation of Palestine” (Pessin & Ben-Atar, 2018, p. 9).

Em relação ao crescimento (ou não) e aos resultados de um movimento recente, as visões dos autores também diferem. Estão em maior número os que acreditam que o BDS vai continuar a crescer e ser eficaz, como são os casos de Warschawski (2012), Culcasi (2016), McMahon (2014), Stefano & Henaway (2014), Hitchcock (2016), White (2018) e Salaita (2016); outros argumentam que o movimento não tem tido muito sucesso, como Sheskin & Felson (2016). Depois, existe o caso Rebecca Gould, digno de registo. A autora diz ser apoianta da Campanha Palestiniana para o Boicote Académico e Cultural de Israel, mas afirma que não sabe pôr em prática o seu apoio porque a campanha não tem guiado da melhor forma.

Gould (2013) considera que o BDS tem sido eficaz em mostrar os seus argumentos em relação ao desinvestimento e boicote a instituições israelitas. Segundo a autora, o movimento não tem sido eficaz noutra área. “The BDS campaign has been less successful at framing their case in terms that are likely to reach the boycott’s ostensible subjects, and therefore to contribute towards resolving the Israel/Palestine conflict” (Gould, 2013, p. 584).

Algo que tem contribuído para a discussão do BDS é o facto de figuras públicas falarem do movimento. “When well-known public figures engage with the boycott, BDS has attracted mainstream attention” (White, 2018, p. 96). Ben White, jornalista e ativista

de direitos humanos especializado na questão Israel/Palestina, escreve que o apoio ao boicote cultural a Israel tem crescido devido a figuras como Roger Waters e Ken Loach, entre outros, a associarem-se à causa.

Stefano & Henaway (2014) e Culcasi (2016) notam a eficácia do BDS pelas respostas que este movimento provoca naqueles que são seus opositores. Os primeiros dizem que Israel se tem defendido do BDS ao apostar numa “campanha de relações públicas” para dar para fora uma imagem de democracia próspera. “With each new tactic devised by the BDS Movement’s supporters, public awareness of Israel’s human rights violations grows” (Stefano & Henaway, 2014, p. 25). Culcasi (2016, p. 259) afirma que o crescimento do movimento tem suscitado “campanhas de lobbying anti-BDS” por parte de organizações e líderes políticos que estão contra.

“This campaign has had little success, in part because (...) it was born of an ideology hostile to Judaism and Jewish nationalism, and remains steeped in that hostile ideology to this day” (Sheskin & Felson, 2016). Ira Sheskin e Ethan Felson são muito críticos em relação ao que muitos consideram ser um grande sucesso do BDS, declarando que nem os palestinianos estão unidos quanto ao movimento. Os autores apresentam números para suportar as suas afirmações: “The Jerusalem Media and Communication Center, a Palestinian NGO, shows BDS support down ten percentage points from 59 percent in March 2015 to 49 percent in August 2015”³² (Sheskin & Felson, 2016, p. 270).

Andrew Pessin e Doron Ben-Atar editaram um livro que pretende demonstrar de que forma é que o “anti-israelismo” corrompe a academia e a liberdade de expressão³³. Na introdução, descrevem os ativistas do BDS como portadores de ideias que não são nobres e falam de um defeito do movimento com palavras que à partida parecem elogiosas: “(...) successfully increasing the campaign’s appeal to a less well-informed, more nobly motivated coalition of progressive activists by marketing what is actually a hateful attack on the rights and physical safety of Israeli Jews as a peaceful social justice

³² Na página principal do website oficial do Jerusalem Media and Communication Center (www.jmcc.org) pode ler-se o seguinte texto: “The Jerusalem Media and Communications Centre was established in 1988 by a group of Palestinian journalists and researchers seeking to provide information on what was happening in the occupied Palestinian territories”.

³³ Informações contidas na contracapa do livro “Anti-Zionism on Campus: The University, Free Speech, and BDS”.

movement responding to a grassroots call by ordinary Palestinians” (Pessin & Ben-Atar, 2018, p. 10).

3. Discussão da relação da música e a sua performance com a política

A música e a política são dois campos que, mesmo tendo os seus atores e palcos distintos, se interligam em várias ocasiões. Quando isso acontece, é-nos apresentada uma importante semelhança entre as duas áreas, que é o facto de serem para consumo de massas.

Podemos dizer que “massas” ou “multidão” corresponde a um grande grupo de pessoas. Mas Gustave Le Bon, seguindo um ponto de vista psicológico, aprofundou a definição: “Under certain given circumstances, and only under those circumstances, an agglomeration of men presents new characteristics very different from those of the individuals composing it. The sentiments and ideas of all the persons in the gathering take one and the same direction, and their conscious personality vanishes” (Le Bon, 1982). Mais do que simplesmente um grupo de pessoas, uma multidão, esteja ela toda formada num só local ou dispersa em vários, partilha a mesma visão sobre determinado assunto. Então, esse grupo de pessoas torna-se, segundo Le Bon, num ser único.

Existem três cenários distintos formados pelas massas onde se verifica uma comunhão entre a música e as mensagens políticas. Em primeiro lugar, os comícios e as campanhas políticas, onde os atores políticos convidam músicos para discursar e escolhem *playlists* musicais que refletem as suas mensagens. Em segundo, temos os festivais e concertos organizados com o objetivo de chamar a atenção para uma causa. Em último, mas não menos impactante, as músicas de protesto ouvidas por milhares de pessoas à volta do mundo são compostas com fortes mensagens que, na maioria dos casos, pretendem dar a conhecer uma situação que está mal.

3.1. Comícios e campanhas políticas

A 5 de novembro de 2012, último dia de campanha para as eleições presidenciais norte-americanas, Bruce Springsteen juntou-se ao presidente Barack Obama no comício na cidade de Madison, no estado de Wisconsin. O objetivo do músico era dar um último empurrão para que Obama conseguisse sair vencedor do confronto com o candidato republicano Mitt Romney. Para tal, Springsteen proferiu um discurso de tom político e

de apoio ao presidente, terminando a sua intervenção com a atuação da canção *Land of Hope na Dreams*. A ação de Bruce Springsteen, que foi repetida em outras alturas da campanha de Obama, demonstra uma das possíveis formas de ligação entre a música e a política. Ao escolher o músico natural de New Jersey para atuar no seu último dia de campanha de reeleição, o 44º presidente norte-americano tinha dois objetivos em mente: identificar-se com a audiência e comunicar com ela, e arranjar uma personalidade que fosse capaz de prender a atenção dessa mesma audiência.

John Street, para quem uma música que acompanha uma campanha política é propaganda num nível mais básico, oferece uma explicação da decisão para Obama, tal como outros políticos em outras ocasiões, decidir-se pela aparência de um músico num comício seu: “It serves to evoke particular images and associations, (...) If anything, songs and sounds are more powerful weapons in this armoury because of the way music works directly on our emotions” (Street, 2013, p. 114). Ao associar-se a Springsteen, Obama ficou ligado ao título da música escolhida no comício em Madison: os EUA são muitas vezes descritos como um país de esperança por um futuro melhor e foi essa a mensagem que o presidente quis passar aos seus potenciais eleitores. Por sua vez, ao associar-se a Obama, Springsteen fica implicado numa posição política, que neste caso é democrata.

“Springsteen intends to empower his audience, teach them to make up their own minds, not tell them what to think” (Marsh, 2004, par. 2). Além desta descrição, Dave Marsh descreve Springsteen como um símbolo americano, o que também ajuda a compreender a decisão de Obama. Se um político se associa a determinado músico a meio de uma campanha, é porque se identifica com ele e com os seus valores; John Street confere a isto o nome “*branding*”. A marca de Springsteen, aquela a que Obama se quis ligar, é a de um músico ligado ao simbolismo do americano médio trabalhador, cujos sonhos e medos estão presentes nas suas canções (Cullen, 1997).

Barack Obama e Bruce Springsteen são duas personalidades que, apesar de atuarem em campos diferentes, são capazes de prender a atenção de uma audiência. “After all, a star’s ability to secure an audience is what eager politicians see in the performers they recruit to their campaigns (...)” (Street, 2013, p. 128). Para Street, o facto de um

músico estar a discursar num comício faz com que ele seja, naquele momento, o portador da verdade³⁴. Ou seja, quando Springsteen toca *A Land of Hope and Dreams*, a sua canção torna-se portadora da mensagem política de Barack Obama.

Há outro factor a ligar Obama a Springsteen: quando o discursa num comício perante milhares de pessoas, o ex-presidente encontra-se num cenário semelhante a um concerto de rock do músico norte-americano.

A expressão “concerto de rock” foi também usada por Marc Lotter, Diretor de Comunicações Estratégicas da campanha de Trump para 2020, para descrever o ambiente de um comício presidencial (Kaplan, 2019). Mas o jornalista Astead Herndon, que escreve sobre política nacional para o *The New York Times*, vai mais longe e descreve especificamente de que forma é que uma organização de um comício de Donald Trump faz uso da música: “Mr. Trump is a showman. And at his political rallies, music is vitally important, blasted at a striking decibel level that turns up even louder when he arrives and exits” (Herndon, 2019).

Para constatar de que forma as músicas escolhidas para uma campanha política refletem os valores dos candidatos, o *The New York Times* analisou as *playlists* dos nove candidatos democratas às eleições presidenciais norte-americanas de 2019 e a de Donald Trump. As conclusões são visíveis: as listas são um espelho das personalidades dos candidatos, que escolhem músicas de acordo as suas políticas e também com a sua etnia e origens.

Bernie Sanders, que Astead Herndon diz ter um estilo rebelde³⁵, escolheu músicas cujos títulos são esclarecedores em relação àquilo que pretende: “Three songs have revolution in the title; then there are *Make a Change*, *Power to the People*, *Uprising* and *Takin’ It to the Streets*. Point made” (Pareles, 2019).

No que toca a Donald Trump e Kirsten Gillibrand, por exemplo, o que mais salta à vista nas suas *playlists* é o facto de refletirem os respetivos sexos: a maioria dos artistas escolhidos pelo presidente norte-americano são homens, e no caso de candidata democrata as mulheres compõem pouco menos de três quartos das escolhas.

³⁴ O autor utiliza a expressão “truth bearer” (Street, 2014, p. 128).

³⁵ O autor do artigo utiliza a expressão “renegade style” (Herndon, 2019)

“Music is also used by groups as a means to establish an identity. People may signal their group membership to others—inside and outside the group—by embracing certain artists or genres” (Hoeven et al., 2016, p. 47). Depois de analisado o trabalho do *New York Times*, é possível constatar que os candidatos democratas e o presidente norte-americano tiveram o cuidado de criar uma identidade ao formar uma *playlist* com artistas musicais e títulos e letras de músicas que se aproximassem da imagem pretendida a projetar ao público.

3.2. Concertos em contextos especiais

“The once subdued, even lethargic, audience had awoken within a matter of moments into a participatory expression of Palestinian nationalism. Where once strangers sat, politely listening to speeches given by various community leaders, in song and dance, a community of national intimates has emerged.”
(McDonald, 2013, p. 17-18)

A afirmação citada acima remonta a 30 de março de 2004, dia em que se comemora o anual Land Day, ocasião em que os palestinianos fazem lembrar os eventos de 30 de março de 1976, quando seis palestinianos a viver em Israel foram mortos a tiro pela polícia no momento em que protestavam o facto de o governo israelita se apoderar de território palestiniano (Hawari, 2018). Como afirma Yara Hawari, o Land Day tornou-se numa data importante no calendário político palestiniano e que dá ênfase à resistência palestiniana à colonização israelita.

Nas comemorações de 2004, o autor David A. McDonald assistiu ao concerto de Kamal Khalil, cuja atuação conseguiu fazer com que uma audiência heterogénea deixasse de parecer apática para expressar de forma mais emotiva e coletiva o nacionalismo palestiniano. O facto de as pessoas presentes não serem todas dos mesmos extratos sociais não impediu que a mensagem fosse passada, e Robert Putnam explica porquê: “Singing together (...) does not require shared ideology or shared social or ethnic provenance.” (Putnam, 2000, p. 41). O ato de cantar em conjunto, escreve Putnam, permite que as pessoas diferentes umas das outras se consigam conectar.

Ajudará a discussão deste capítulo uma definição daquilo que se entende por “comunicação política”. “ (...) the crucial factor that makes communication ‘political’ is not the source of a message (...) but its content and purpose. (Denton & Woodward, 1990, p. 11)” (McNair, 2004, p. 4).

Segundo a definição de Denton e Woodward, no concerto de Kamal Khalil assistiu-se a uma comunicação política no sentido em que o músico e, por consequência, as pessoas que estavam a assistir comunicaram o seu nacionalismo palestino numa data do calendário político palestino em que se relembra a apropriação de terras palestinas por parte de Israel.

Para Street (2017), a comunicação de sentimentos, como o de nacionalismo palestino, é uma das capacidades da música que faz com que haja razão para considerar esta arte como uma forma de comunicação política; as outras duas capacidades são a geração de uma sensação de comunidade e a articulação de ideias. Estas três capacidades foram verificadas durante o concerto de Kamal Khalil, o que dá a entender que um concerto será um dos palcos ideais para se fazer uma comunicação política. Assim sendo, a performance do músico, com uma mensagem política bem patente na reação do público, ficou automaticamente ligada a uma posição política.

Durante o século XX e o século XXI, são vários os exemplos com uma escala ainda maior que o do espetáculo de Khalil, e alguns deles são considerados uns dos momentos mais históricos da música e de performance pública, como foram os casos dos festivais de Woodstock, realizado pela primeira vez entre 15 e 18 de maio de 1969³⁶, e Live Aid, realizado a 13 de julho de 1985³⁷. Para percebermos de que forma é que a música e a sua performance pública perante as massas pode ter significado político, convém perceber o contexto em que as mesmas são consumidas.

Como refere Lydia Goehr, existem vários autores que afirmam que a música deve ser analisada consoante os fatores externos: “To understand music in all its dimensions, theorists thus argue, it no longer suffices to analyze the form and content of musical works in isolation; we must investigate as well the institutional context in which the composition, performance, and reception, the production, exchange (...) take place-the context in which the works assume their full meanings” (Goehr, 1994, p. 101). Anos depois da publicação de Goehr, vários teóricos continuaram a discutir o assunto. Hoeven

³⁶ Realizaram-se outras edições do Woodstock em 1994, para comemorar o 25º aniversário da edição original, e em 1999; estava prevista uma edição para 2019, com o objetivo de celebrar o 50º aniversário do festival, mas foi cancelado;

³⁷ Em 2005, no dia do 20º aniversário do Live Aid, realizou-se o Live 8.

et al. (2016) afirmam que a maneira como as pessoas captam as mensagens da música, caso prestem atenção à letra, depende do cultural capital e do contexto local em que música é consumida. Street (2017) escreve o seguinte: “But sometimes songs can communicate political sentiments and ideas that owe nothing to the formal intentions of their author or those who commission them.” (Street, 2017, p. 5). John Street profere a citação citada no local da publicação em que fala sobre canções de protesto (um tema que será também discutido neste capítulo), mas a mesma também se adequa ao contexto dos concertos.

A primeira edição do festival de Woodstock foi realizada durante um dos períodos mais tumultuosos da História dos EUA. “In the summer of 1969, America seemed divided, corrupted, and on the verge of disintegration. Peace demonstrations, civil rights marches, and riots had filled our streets with thousands of disgruntled souls, each seeking to break through barriers.” (Reynolds, 2009, par. 1).

Susan Reynolds afirma que o festival apareceu quando os EUA estavam a meio de dois tipos de problemas: um racial, em casa, e outro militar, no estrangeiro. Em 1968³⁸, Martin Luther King morreu, originando motins raciais em mais de 100 cidades, o que obrigou à intervenção de 65.000 tropas da Guarda Nacional (Reynolds, 2009, par. 2). A questão militar dizia respeito à guerra do Vietname, que começou em 1955 e terminou 20 anos depois. Da parte dos EUA, foram enviados 500.000 soldados para combater, levando a que se realizassem demonstrações anti-guerra em universidades à volta do país (Reynolds, 2009, par. 1). Estes eventos formavam a antecâmara de Woodstock, que Reynolds descreve da seguinte forma: “(...) became a huge counterculture party, where hippies and ordinary youth mingled to celebrate and watch some of the most prominent musical artists of the 1960s perform “ (Reynolds, 2009, par. 1).

Dando voz a 50 pessoas que foram ao festival, o livro de Susan Reynolds é um documento importante para se tenta perceber o que ia na mente da sociedade norte-americana no final da década de 60. À ida para um evento que foi muitas vezes descrito como uma celebração da paz, a guerra ocupava parte o pensamento daqueles que foram

³⁸ A autora também faz referência à morte de Robert F. Kennedy e a vitória de Richard Nixon nas eleições presidenciais.

ao Woodstock. Vejamos o seguinte testemunho: “As the Vietnam War escalated, rallies drew larger and larger crowds, and I loved grooving to music, shouting slogans, and carrying placards urging everyone to ‘make love not war.’” (Reynolds, 2009b, par. 1). Rozanne Reynolds foi uma de muitas pessoas que se deslocou ao festival com o intuito de escapar a uma realidade muito pautada pela guerra do Vietname.

Ao longo de todo o festival de Woodstock, o momento em que talvez podemos ver uma ligação mais forte entre a performance de uma música e um determinado significado político foi no espetáculo de Country Joe McDonald, que não podia ter sido mais esclarecedor em relação à sua posição quanto à guerra do Vietname com os seguintes excertos de *The Fish Cheer/I-Feel-Like-I'm-Fixin'-to-Die Rag*:

“Well, come on all of you, big strong men,
Uncle Sam needs your help again.
He's got himself in a terrible jam
Way down yonder in Vietnam
So put down your books and pick up a gun,
We're gonna have a whole lotta fun.
(...)
There's plenty good money to be made”

(McDonald, 1967, versos 1 & 3)

A tocar uma canção com passagens irónicas, a performance de Country Joe ficou implicada numa posição política muito clara: ser contra a posição do governo dos EUA (representados na canção pelo Uncle Sam) em manter o país na guerra. A mensagem da letra passou com eficácia para o público na plateia de Woodstock, como podemos verificar pelos seguintes testemunhos:

“One memorable moment was spelling with Country Joe and the Fish. ‘Give me an F!’³⁹ Can you imagine the thrill of hearing a half million people—pissed off about Vietnam—yelling out replies?” (Hamilton, 2009, par. 2)

³⁹ “Give me an F” é o início de “*The Fish Cheer/I-Feel-Like-I'm-Fixin'-to-Die Rag*”.

“A few times, when the crowd roared, like when Country Joe McDonald sang his rousing anti-war song, a shiver ran through me, a shiver of recognition that my generation was passionately against war and death and destruction and racism and forcing ourselves to be like everyone else.” (Reynolds, 2009b, par. 3).

Uma das provas de que um concerto é um bom palco para transmitir uma mensagem política é a reação do público à transmissão da mesma, e, como refere Hamilton, à volta de 500.000 pessoas mimicaram a atuação de Joe McDonald. Por sua vez, Reynolds sentiu que a sua geração estava contra os maiores problemas que afetavam o seu país naquela altura.

Ao contrário de Woodstock, o festival Live Aid teve um grande motivo político para a sua realização. O objetivo era angariar dinheiro para ajudar a resolver a crise de fome que começou por atingir a Etiópia no ano de 1983, assunto que não estava a merecer atenção por parte do mundo ocidental (Davis, 2010). O evento, que teve lugar ao mesmo tempo nos estádios de Wembley, em Londres, e de John F. Kennedy, em Filadélfia, foi organizado pelo músico e ativista político irlandês Bob Geldof e transmitido ao longo de 16 horas para aproximadamente mil milhão de pessoas em 150 países (Davis, 2010).

Ao tocarem no Live Aid, os músicos tornavam-se complacentes com a visão de Geldof de que a Etiópia deveria estar mais em conta dos políticos do mundo ocidental. Num estilo contra a corrente daquilo que foi a maioria do festival, Bob Dylan sugeriu que parte do dinheiro que fosse angariado ao longo do dia deveria ir para os agricultores norte-americanos, algo que foi criticado por Bob Geldof (Jones, 2005).

Apesar das intenções de Geldof em acabar com a fome na Etiópia, o Live Aid, na visão do escritor e analista político norte-americano David Rieff, fez tanto mal como bem: “The fact is that Ethiopia remains one of Africa's poorest countries, and the whole of sub-Saharan Africa is, if anything, worse off today than it was after Live Aid.” (Rieff, 2005).

3.3. Canções de protesto

“Music can reconfigure one’s relationship to a moment, an idea, and Outlook (Elavsky, 2009, p. 403)” (Hossain & Aucoin, 2017, p.151)

Mesmo quando não são tocadas ao vivo, as canções de protesto não perdem o seu poder influência e apelo, que em vez de serem sentidos pelas massas somente através de performances públicas, são também sentidos em ambientes privados.

Quando se discute canções de protesto, que John Street diz ser a forma mais familiar que a música adquire como comunicação política, fala-se de uma forma de comunicar onde está muito veemente a fusão da música com a política. “These songs serve to articulate, in musical form, an explicit political sentiment. They constitute, if not a genre, a type of music the purpose of which is established by its explicit desire to communicate political sentiments.” (Street, 2017, p. 3).

O facto de as canções de protesto serem apelidadas desta forma (outra forma, não muito diferente, é “canções de resistência) não deixa espaço para dúvidas: “Music has long been a site of resistance. From the folk songs of rural England to the work songs of slaves, from anti-war protest songs to illegal raves, music has given voice to resistance and opposition.” (Street, 2003, p. 120). Como indica Street, estas canções existem como uma forma de resistência a algo, que normalmente é o próprio contexto temporal que deu motivo para o aparecimento das obras.

Street (2017) identifica duas características músicas como instrumento de resistência: “The first is the explicit and literal identification of the politics that they seek to communicate (...) The second is the intentionality that they embody.” (Street, 2017, p. 4). Uma das intenções que o autor refere, além das celebrações nacionais, é a de consciencializar e incitar movimentos.

Neste capítulo, serão analisadas duas formas que as canções de protesto têm de se relacionarem com o mesmo evento, e para isso serão consideradas canções relacionadas com a guerra do Vietname, um dos temas em que estas obras musicais mais se versam.

Imagine, coescrita⁴⁰ e cantada por John Lennon, foi lançada em 1971. Apesar de ter referências a expressões como “matar” e “morre”, em altura alguma a letra referencia a guerra do Vietname, mas foi gravada numa altura em que ainda faltavam quatro anos para o seu término, ficando assim relacionada a este acontecimento. *Imagine* pode não

⁴⁰ Em 2017, Yoko Ono, mulher de John Lennon, recebeu créditos por ter participado na escrita.

referenciar diretamente o acontecimento da época em que apareceu, mas a verdade é que foi nesse contexto que apareceu.

“Imagine there’s no countries
It isn’t hard to do
Nothing to kill or die for
And no religion too
Imagine all the people living life in piece”
(Lennon & Ono, 1971, verso 1)

O sentimento político que Lennon e Ono pretendem comunicar, como refere Street (2017), é de paz e um de contra a guerra. Seja porque *Imagine* foi escutada ao vivo ou em casa, John Lennon fica ligado a uma posição política contrária àquela que favoreça a guerra.

O protesto contra a guerra do Vietname não se ficou pelos anos 60 e 70. Em 1984, Bruce Springsteen lançou *Born in the USA*, que o músico descreve assim: “‘*Born in the USA*’ mantém-se como um das minhas melhores e mais incompreendidas canções” (Springsteen, 2016, p. 363). O erro que grande parte das pessoas comete é pensar que a canção comunica patriotismo e orgulho em ser norte-americano (Magalhães, 2019), mas a realidade é que a intenção do músico foi a de comunicar a forma como é que a sociedade norte-americana recebeu os veteranos do Vietname (Springsteen, 2016).

“Come back home to the refinery
Hiring man says ‘Son if it was up to me’
Went down to see my V.A. man
He said ‘Son, don’t you understand’”
(Springsteen, 1984, verso 3)

Ao contrário do que acontece em *Imagine*, *Born in the USA* visa diretamente a guerra do Vietname⁴¹ e foi lançada nove anos após o fim da mesma. Numa situação semelhante à de Lennon, Springsteen fica ligado a uma posição política contra a guerra e contra os que mandaram soldados para o Vietname. Mas o músico não se fica por aí, pois também refere o sentimento de isolamento que os veteranos sentiram ao tentar procurar trabalhar, como se pode ver no excerto acima citado.

Um caso que aconteceu nas eleições presidenciais norte-americanas de 1984 ilustra um tema discutido no início deste capítulo: a vontade que os políticos têm em escolher certas canções com fortes sentimentos em campanha para comunicarem com as massas. Ronald Reagan quis usar *Born in the USA* na sua campanha de reeleição de 1984, precisamente o ano em que a canção foi gravada, para comunicar um sentimento de patriotismo (o título é o motivo dos equívocos). Depois de Bruce Springsteen ter recusado, o ex-presidente falou da obra do músico, dizendo que o futuro da América repousava também nas mensagens de esperança encontradas nas letras do músico. Springsteen questionou se Reagan tinha mesmo ouvido a sua canção (Chao, 2015).

⁴¹ “I had a brother at Khe Sanh fighting off the Viet Cong” (Springsteen, 1984, verso 4); esta frase é a única imprecisão histórica na canção de Springsteen: o adversário em Khe Sanh era o Exército do Vietname do Norte, que, segundo o General William Westmoreland, supremo comandante dos EUA em Saigão, constituía o ponto principal de uma ofensiva comunista (Jones, 2018).

4. Artistas de renome com concerto marcado em Israel

A primeira característica que liga os quatro artistas em análise é o facto de todos serem de renome no panorama da música. De uma forma ou outra, *Radiohead*, Nick Cave, Lana Del Rey e Lorde já conquistaram o respeito das audiências de todo o mundo. Aquilo que os distingue, logo à partida, são as suas nacionalidades: os *Radiohead* são britânicos, Nick Cave é australiano, Lana Del Rey é norte-americana e Lorde é neo-zelandesa.

Em todos os quatro casos, a ocasião em que os artistas decidiram marcar concertos em Israel foi a promoção dos respetivos novos álbuns. Como é normal nestas situações, e cada vez mais hoje em dia, que a informação noticiosa viaja com mais velocidade, as decisões de tocar em Israel foram muito criticadas e os artistas responderam sempre. Em cada caso, existe um argumento e/ou consequência da decisão que é digna de ser estudada, e cada um deles é analisado em separado.

4.1. Radiohead

Desde fevereiro de 1993, data em que lançaram o seu primeiro álbum de estúdio, intitulado *Pablo Honey*, que os *Radiohead* se começaram a configurar como uma espécie de anomalia no campo da música. O início do século XXI é marcado por um declínio no sucesso do género rock (Interiano et al., 2018), mas a banda inglesa, com um género de rock mais alternativo, conseguiu ser uma grande exceção. Logo em 2000, foi lançado *Kid A*, que foi considerado pela conceituada revista *Rolling Stone* como o melhor álbum dos anos 2000 (Stone, 2011) e que foi também o primeiro a conferir à banda sucesso num dos maiores mercados musicais fora da terra natal: o disco atingiu o topo do Billboard 200⁴² (“Radiohead: Chart History”), o maior barómetro da popularidade de álbuns nos Estados Unidos da América⁴³.

O sucesso do projeto liderado pelo vocalista Thom Yorke não se resumiu a *Kid A*. A fase compreendida entre 1997 e 2011 é considerado como o “período maturo” (Osborn,

⁴² O top Billboard 200 classifica os álbuns somente com base no número de vendas dos mesmos (Sale, 1996);

⁴³ O nome Billboard 200 nasceu a partir da revista que lhe dá nome, a *Billboard*, fundada em 1894 com o nome *Billboard Advertising* e com o objetivo de cobrir a indústria da publicidade exterior; só no século seguinte é que apareceu pela primeira vez a palavra “músico” (Bronson, 2014);

2017, p. vii) dos *Radiohead*⁴⁴, e durante estes catorze anos foram lançados seis álbuns, cinco dos quais atingiram o primeiro lugar de tops no Reino Unido: *Ok Computer*, o já referido *Kid A*, *Amnesiac*, *Hail To The Thief* e *In Rainbows* (Official Charts)⁴⁵. Ou seja, durante o seu “período maturo” que coincidiu com um período em que o sucesso da música rock começava a ser ultrapassado pela música pop, caracterizada com um estilo mais comercial, os *Radiohead*, com uma vertente mais experimental do rock, conseguiram atingir tops de vendas com cinco álbuns diferentes.

Osborn (2017) afirma que a banda nunca assentou em “tendências *mainstream*” e explica a razão de tamanho sucesso: “Their comercial success in this mature period stems instead from an ability to write music that balances expectation and surprise. Though most of their songs present the listener with myriad surprises and disjunctures, they only do so after first setting up rich expectations listeners have inherited from various musical traditions”.

Em 2016, cinco anos após o último álbum de originais (*The King of Limbs*), os *Radiohead* voltaram a lançar outro álbum, o nono da carreira, terminando assim o maior interregno da sua discografia. A ocasião teve o nome de *A Moon Shaped Pool*, que voltou a posicionar a banda inglesa no primeiro lugar dos tops britânicos.

Volvidos dois anos, foi anunciado que os *Radiohead* iriam passar a fazer parte do Passeio da Fama do Rock & Roll, numa cerimónia que teve lugar a 29 de março de 2019 e que contou unicamente com a presença de Ed O’Brien, guitarrista, e Phil Selway, baterista, porque os restantes tinham concertos marcados com projetos fora da banda (Doyle, 2019). Apesar do momento de consagração, em janeiro do mesmo ano, numa entrevista à revista *Variety*, Thom Yorke afirmou que a banda sempre foi muito *blasé* em relação ao Passeio da Fama do Rock & Roll, demarcando-se, uma vez mais, dos restantes artistas musicais. “We just think that we just don’t quite understand it. We’ve had it explained to us, so it’s cool. But we don’t really understand it [Passeio da Fama] as English people. I think our problem is essentially that every awards ceremony in the UK

⁴⁴ Osborn considera que os primeiros dois álbuns, *Pablo Honey* e *The Bends* (lançado em 1995), têm um som mais “genérico”;

⁴⁵ O livro de Osborn foi publicado pela primeira vez em Outubro de 2016, e por isso o autor não terá tido possibilidade de referir *A Moon Shaped Pool*, o nono álbum dos *Radiohead* que também atingiu o primeiro lugar dos tops em maio de 2016.

stinks” (Willman, 2019).

4.2. Nick Cave

Dos quatro casos analisados, este é sobre o artista que está há mais tempo no ativo. Nicholas Cave, ou Nick Cave, como é mais conhecido, estreou-se na música como vocalista da banda *The Boys Next Door*, que lançaram o seu primeiro álbum, *Door Door*, em 1979⁴⁶. Um ano depois, saiu o segundo álbum com o nome *The Birthday Party*, que acabaria também por ser o nome com que os membros rebatizaram a banda, após se terem mudado da Austrália para Inglaterra (Lawrence, 2014).

O projeto mais conhecido da carreira do músico australiano viria a ser a banda *Nick Cave & The Bad Seeds*, fundada em 1983 pelo próprio Nick, juntamente com Mick Harvey e Blixa Bargeld (Dushane, 2017)⁴⁷. Com mais de 30 anos de trabalho, a banda australiana lançou o seu primeiro álbum em 1984 (*From Her to Eternity*) e o mais recente em 2016 (*Skeleton Tree*).

Além de músico, Nick Cave também é escritor, tendo já publicado romances, compilações de letras de músicas e poesia. De facto, a terceira área tem um grande peso na sua vida e o próprio Cave admitiu que sempre leu muita poesia como parte do seu trabalho como escritor de canções. “I try to read, at the very least, a half-hour of poetry a day, before I begin to do my own writing. It jimmies open the imagination, making the mind more receptive to metaphor and abstraction and serves as a bridge from the reasoned mind to a stranger state of alertness, in case that precious idea decides to drop by” (Cave, 2019).

Quase como que fazendo jus ao característico vestuário preto com que aparece em palco, a música de Cave é também ela tingida com uma sonoridade negra, o que faz com que o seu trabalho, como Mark Mordue⁴⁸ descreve, não seja “para todos” (Cave, 2016). Uma boa demonstração disso mesmo é *Skeleton Tree*⁴⁹: durante as gravações, Arthur

⁴⁶ Nesse mesmo ano, a banda lançou também o EP (Extended Play, uma versão menor de um álbum, que por vezes é denominado de LP – Long Play) intitulado *Hee Haw*;

⁴⁷ Nick Cave e Mick Harvey eram membros dos *The Boys Next Door/The Birthday Party*, banda que acabou pouco antes da formação dos *Nick Cave & The Bad Seeds*.

⁴⁸ Mark Mordue é o autor de *Tender Prey: A Biography of Nick Cave*, bibliografia de Nick Cave;

⁴⁹ Mordue relaciona a carga emocional de *Skeleton Tree* com a de *Blackstar*, último álbum de David Bowie, que morreu dois dias após o lançamento.

Cave, seu filho de 15 anos, morreu ao cair de uma falésia depois de ter tomado a droga LSD, acontecimento que alterou processos de gravação do álbum. “I wrote a bunch of songs after Arthur died, but I felt they were somehow a betrayal of what we were all going through at the time or worse, a betrayal of Arthur himself; that they didn’t possess the required emotional reach, so I scrapped them. But Andrew Dominik found them in my notebooks and loved them and used some of them for voiceover in his film *One More Time with Feeling*. I can see now, with a bit of clarity, that there was something powerful about them that I was unable to see at the time” (Cave, 2017).

A experiência da morte do filho continua a influenciar o *modus operandi* de Nick Cave para lá de *Skeleton Tree*. O músico confessou que houve uma altura em que não existia um “espaço imaginativo” onde conseguisse “escrever sobre qualquer coisa”, mas agora os processos são diferentes. “(...) I work differently these days. (...) I am not worrying too much about writing actual songs as such, rather just amassing a stockpile of lines and thoughts, images and ideas. I feel I have turned a corner and wandered on to a landscape that is open and vast. The ‘sweet prairies of anarchy’ as [the English poet] Stevie Smith says” (Cave, 2017).

4.3. Lana Del Rey

Num artigo escrito para o site do jornal inglês *The Guardian*, o jornalista Peter Robinson debruça-se sobre o “*whisperpop*”, uma técnica de canto que consiste maioritariamente em sussurros. “A generation has grown up on narrow, conservative notions of what constitutes good singing but, in recent years, pop has moved from the theatrical vocal pyrotechnics of peak-era X Factor to a less bombastic style: from a scream to a whisper” (Robinson, 2017).

Robinson (2017) considera que Lana Del Rey é a “real génese” da tendência “*whisperpop*” e faz uma descrição do estilo da cantora norte-americana. “(...) we probably need to look back to 2010 and the arrival of Lana Del Rey with a style that combined the delivery of dark, expressive storytelling with a sense that she might be wondering whether she’d remembered to lock the bathroom window” (Robinson, 2017).

Apesar de ser considerada um dos nomes maiores do “*whisperpop*”, Del Rey já constatou que essa nem sempre foi a sua forma de cantar, mas que mudou por causa da

sua aparência. “I sing low now, but my voice used to be a lot higher. Because of the way I look, (...) I needed something to ground the entire project. Otherwise I think people would assume I was some airhead singer” (Rey, 2011).

A cantora já foi alvo de vários elogios por parte de críticos especializados na área da música. Mikael Wood, do *Los Angeles Times*, compara a voz da artista com a de Eartha Kitt; “Nobody else is doing this” (Wood, 2015).

Antes de adotar o nome de palco Lana Del Rey, a cantora tinha adotado o nome Lizzy Grant (o nome verdadeiro é Elizabeth Woolridge Grant)⁵⁰, cujo único álbum foi um fracasso de vendas (Harris, 2012). “Rather than being an outsider struggling for recognition, Del Rey is in fact the daughter of a millionaire father who has backed her career. People were suspicious of the way Grant's failed album, and all her social media websites, appeared to have been scrubbed from the internet just before Del Rey appeared. There has been much speculation as to exactly when Del Rey teamed up with her current label Interscope and how much influence their savvy marketers might have put into her original emergence” (Harris, 2012).

À data, Harris (2012) considera que a transição de uma *persona* para outra tornou a artista numa das figuras mais controversas que tinham aparecido no panorama musical dos Estados Unidos dos últimos anos e que a sua ascensão à fama diz muito sobre a natureza da fama moderna no país. “The internet has allowed figures like her to come rapidly to the fore of the cultural landscape, whether or not their emergence is planned by a record executive or happens spontaneously from someone's bedroom. It has speeded up the fame cycle. It is worth noting that the huge backlash to Del Rey is happening before her first album has even been released. This reveals a cultural obsession with the "authenticity" that fans, artists and corporations all prize above all else” (Harris, 2012).

Cinco anos mais tarde, numa entrevista ao site Complex⁵¹, Del Rey respondeu às críticas de que tinha fabricado uma personagem, atribuindo as mudanças a uma necessidade de desbravar caminho no início da carreira. “(...) I came off sort of nervously, and there was just a lot of dualities, a lot of juxtapositions going on that maybe

⁵⁰ Originalmente, Del Rey lançou o álbum Lana del Ray como Lizzy Grant.

⁵¹ Website ligado à música pop, entre outras áreas;

just felt like something was a little off. Maybe the thing that was off was that I needed a little more time or something, (...) I feel like I had to figure it out all by myself. Every move was just guesswork” (Rey, 2017).

Com o primeiro álbum de originais lançado em 2010 (*Lana Del Ray*), Del Rey tornou-se rapidamente numa das artistas pop com mais atividade. Desde então, lançou mais cinco álbuns, num tempo total de nove anos (em 2019, lançou *Norman Fucking Rockwell*).

4.4. Lorde

Lorde (nome verdadeiro é Ella Marija Lani Yelich-O'Connor) começou desde muito cedo por mostrar o seu talento musical. Aos 12 anos, fazendo parte de uma dupla com a colega Louis McDonald que tocava maioritariamente *covers*, a artista venceu o concurso de talentos da sua escola⁵² e, volvidos dois anos, cantou as suas próprias músicas no Victoria Theatre, em Devonport, cidade onde cresceu (Mitchell, 2018).

Em 2013, apenas com 17 anos, Lorde lançou *Pure Heroine*, o seu primeiro álbum de originais que a tornou num enorme sucesso. No dia em que celebrou o seu 18º aniversário, o jornal *New Zealand Herald* reportou que a cantora neozelandesa ganhou, pelo menos, 11 milhões de dólares com a estreia discográfica (*Birthday girl Lorde’s earnings, 2014*)⁵³. O grande impulsionador do sucesso de Lorde foi o *single Royals*, que vendeu 17 milhões de cópias, arrecadou dois prémios Grammy e esteve nove semanas seguidas nos tops de música dos Estados Unidos (*Lorde pays \$2.84m for her city villa, 2016*).

Ao escutar *Pure Heorine* do início ao fim, é possível ver várias críticas à sociedade atual e à cultura *mainstream*; por isso mesmo, Lorde já foi denominada como a “voz da sua geração” (McNulty, 2014). “Everyone has na opinion on me (...) I read that

⁵² A competição chamava-se Belmont Idol, da Belmont Intermediate School; Lorde regressou à competição como júri em 2013.

⁵³ Até à data, este valor totalizava a venda de 2.7 milhões de cópias de *Pure Heroine* e os ¹⁷ milhões de cópias do *single Royals*.

comparison with Malala and I am unworthy to be in the same sentence as her. I have done nothing” (Lorde, 2014).

A artista neozelandesa é modesta em relação à sua popularidade e talento, e afirma ter a missão e mostrar ao mundo outro lado da música pop. “I didn’t expect to be in this world but I think it’s kind of cool. For a long time pop has been this laughable, shameful thing. But it’s actually gratifying and fun and can unite populations, which I think is incredibly powerful. So hopefully I am showing that pop can be taken seriously”, (Lorde, 2014).

“Traditionally artists would go a long time between album projects, disappear and then come back as a big event, (...) In this day and age, we try to keep things flowing so artists almost never go away. Fans want to be engaged constantly with artists that they like.” (Snow, 2018). A citação de Snow ajuda a caracterizar uma artista que cresceu e começou a lançar música numa era em que os álbuns e *singles* começaram a sair cada vez com mais frequência. “Só” quatro anos depois de *Pure Heroine* é que Lorde lançou o seu sucessor, *Melodrama*. A cantora afirmou que o intervalo se deveu à necessidade de pensar no que dizer a seguir. “It had to be really special and really singular and it couldn’t sound the same as the old stuff and there was a lot of discovery that went on” (Lorde, 2017).

4.5. Radiohead voltam a Israel, 11 anos depois

Para promover *A Moon Shaped Pool*, o nono álbum de originais, os *Radiohead* embarcaram numa *tour* que teve incluída uma paragem em Israel, a 19 de julho de 2017. Seria o regresso da banda inglesa a um local onde tinham estado pela última vez em 2000 e onde já tinham tocado oito vezes⁵⁴ (Lockett, 2017); a revista *Rolling Stone* constatou que o concerto de 2017 estava a ganhar contornos para se tornar no espetáculo mais controverso da carreira da banda (Greene, 2017). Duas das diferenças entre o primeiro ano do novo milénio e 2017 é a existência do movimento BDS e das redes sociais, onde a informação viaja e é partilhada de forma mais rápida. Para responder a vários artistas que marcaram concertos em Israel, Roger Waters utilizou por diversas vezes a rede social

⁵⁴ Telavive (1993 [3x], 1995 [2x] e 2000 [2x]) e Caesarea Maritima (2000);

Facebook para fazer notar a sua mensagem, aspecto do BDS levantado por Hitchcock (2016).

Pouco mais de um mês depois de a sua banda ter sido alvo de uma petição da Artists for music Palestine UK a pedir o cancelamento do concerto⁵⁵, o vocalista Thom Yorke decidiu responder após um logo silêncio, afirmando logo que não era apoiante do BDS:

“(...) The kind of dialogue that they want to engage in is one that’s black or white. I have a problem with that. It’s deeply distressing that they choose to, rather than engage with us personally, throw shit at us in public.(...) The person who knows most about these things is Jonny [guitarrista dos Radiohead]. He has both Palestinian and Israeli friends and a wife who’s an Arab Jew. (...) Just to throw the word “apartheid” around and think that’s enough. It’s fucking weird. It’s such an extraordinary waste of energy. Energy that could be used in a more positive way. (...) All of this creates divisive energy. You’re not bringing people together. You’re not encouraging dialogue or a sense of understanding.” (Yorke, 2017).

O primeiro grande argumento de Thom Yorke é o de que a discussão do boicote não deve ser “a preto e branco”, expressão que vai de encontro ao título de um artigo de Rebecca Gould: “To Boycott or Not? A Moral Conundrum”. Gould, que é professora assistente no Yale-NUS College, em Singapura, defende o boicote cultural e académico, mas põe uma série de questões à discussão sobre o boicote:

“What do we do when we are contacted by Israeli colleagues and invited to participate in conferences at Israeli universities? If we support the boycott, we refuse all such invitations. But what do we say to those who invited us, and who are implicated by our refusal in the occupation? Avoiding linking our refusal to the occupation may be the most polite response, but does such silence not defeat the purpose of a boycott?” (Gould, 2013).

Esta discussão é algo que diz muito aos Radiohead devido a uma ligação emotiva que a banda tem com Israel: “(...) for Radiohead, the unpopular decision to commit to playing Israel cuts much deeper than politics: Without Israel, Radiohead might not be the band we know today.” (Lockett, 2017).

⁵⁵ “In asking you not to perform in Israel, Palestinians have appealed to you to take one small step to help pressure Israel to end its violation of basic rights and international law (...)” (Artists for Palestine UK, 2017).

Creep, talvez a canção mais conhecida dos Radiohead, não estava a ter muito sucesso, até que DJ Yoav Kutner, da rádio operada pelo exército Galei Tzahal, começou a tocá-la três vezes por hora (Monroe, 2019). A banda chegou ao primeiro lugar dos tops israelitas, o que levou ao seu primeiro concerto fora de Inglaterra: Telavive, em março de 1993 (Spiro, 2017). Por isto, e pelo facto de o guitarrista da banda, Jonny Greenwood, ter uma mulher judaico-árabe, percebe-se a ligação que os *Radiohead* têm com Israel e por que razão não consideram um tema “a preto e branco”.

Pouco tempo depois das declarações de Yorke, Roger Waters respondeu, começando por dizer que as palavras do líder dos Radiohead mereciam resposta por não contarem a história toda:

“(…) On February 12th, hoping to start a dialogue, I sent an email expressing my concern about Radiohead crossing the BDS picket line to perform in Israel. A few hours later, Thom replied. He was angry. (...) I have made every effort to engage with you personally, and would still like to have the conversation. ‘Not to talk is not an option.’ Today is the 50th anniversary of the occupation of Palestine by Israel. Fifty years living under military occupation. Fifty years for a people with no civil rights. Fifty years of no recourse to the law. Fifty years of apartheid. The BDS picket line exists to shine a light on the predicament of the occupied people of Palestine, both in Palestine and those displaced abroad, and to promote equal civil rights for all the people living between the Jordan River and the Mediterranean Sea no matter what their nationality, race or religion.” (Waters, 2017).

Roger Waters segue à risca a narrativa do BDS (neste caso, como nos outros que aqui são apresentados), que consiste em chamar à atenção ao facto de existirem milhares de palestinianos, que continuem a viver na Palestina ou que sejam refugiados, que vêm as sus vidas destroçadas por causa da ocupação israelita.

A única altura em que Waters foi incorreto na discussão pública ao defender os direitos do BDS foi quando insultou Yorke, dizendo: “He’s a prick!” (Paul Cashmere, 2018).

4.6. Apoiar ou não o governo israelita

Quando faltavam oito dias para o concerto dos *Radiohead*, Ken Loach, realizador britânico ligado ao BDS, publicou um artigo no jornal *online Independent* onde tenta

persuadir Thom Yorke a reunir-se consigo e a cancelar o concerto dos Radiohead. O texto, que o cineasta partilhou no *Twitter*, termina da seguinte forma:

“Remember what the South African anti-apartheid hero, Desmond Tutu, often told us: there is no neutrality in situations of grave injustice. Radiohead need to decide if they stand with the oppressed or with the oppressor. The choice is simple.” (Loach, 2017)

Yorke respondeu ao tweet de Loach com um emoji de duas mãos a rezar e uma imagem com o seguinte texto que apresenta o seu segundo grande argumento para marcar presença em Israel:

“Playing in a country isn’t the same as endorsing its government. We’ve played in Israel for over 20 years through a succession of governments, some more liberal than others. As we have in America. We don’t endorse Netanyahu any more than Trump, but we still play in America. Music, art and academia is about crossing borders not building them, about open minds not closed ones, about shared humanity, dialogue and freedom of expression. I hope that makes it clear Ken.” (thomyorke, 2017)

O músico britânico não considera que exista qualquer relação entre a performance ao vivo da sua música e o contexto em que ela acontece. Este é um argumento que também é usado por Lana Del Rey ao referir-se ao seu concerto no festival Meteor para promover o quarto álbum de originais, *Lust for Life*:

“I believe music is universal and should be used to bring us together. (...) We don’t always agree with the politics of the places we play within or in our own country (...) I would like to remind you that performing in Tel Aviv is not a political statement or a commitment to the politics there just as singing in California doesn’t mean my views w my current government opinions or sometimes inhuman actions.” (LanaDelRey, 2018a).

Tanto Thom Yorke como Del Rey acreditam que a música e a sua performance em Israel não estão ligadas com o contexto político do país. Ou seja, os músicos, na sua visão, não ficam implicados nas ideologias políticas do governo israelita, acreditando que a música é apolítica.

Roger Waters respondeu a Yorke de uma maneira que também podia ser aplicada a Del Rey:

“Thom Yorke is wrong about not endorsing the policies of the Israeli government by playing there. Spokespersons of that government have said how excited they are, that this is the best thing that’s happened to their hasbara, which is the explaining to the rest of the world what a wonderful and precious democracy Israel is.” (RT, 2017).

O ex-Pink Floyd afirma um ponto crucial: convém a Israel ter artistas de renome a atuarem lá, pois assim confere uma imagem de um país democrático.

Nada Elia, professora na universidade de Seattle e membro da US Campaign for Academic and Cultural Boycott of Israel, traz à discussão o argumento de que Israel quer que a música seja consciencializada como apolítica, passando a ideia que tocando lá, não se está a alinhar com o seu contexto político. Afirma a autora o seguinte:

“Contrary to popular belief, culture is not apolitical, music does not transcend national and linguistic boundaries, and art does not bring us together—at least not when Israel intentionally and explicitly uses art to further its political agenda, while blocking Palestinian artists and musicians from disseminating their work. In fact, the illusion that culture is apolitical plays right into Israel’s strategy.” (Elia, 2012, par. 2)

Em Israel, existe um contexto em que os artistas palestinianos não têm a mesma liberdade para se expressarem artisticamente como têm, por exemplo, o as artistas da mesma nacionalidade que Yorke e Del Rey. Como foi exposto no capítulo anterior, Goehr (1994) levanta o ponto de que as performances, para serem entendidas na sua plenitude, têm de ser analisadas conformo o contexto. Assim sendo, as performances dos *Radiohead* e de Lana Del Rey (caso não tivesse sido cancelada) ficam associadas a um clima de desigualdade em que os palestinianos, como acontece em outras áreas, não têm a mesma liberdade que os israelitas. Neste contexto, como diz Elia (2012), a música não é apolítica.

Israel pretende reforçar a ideia de que a cultura a política para que não possa ser usada para comunicar as práticas que tem para com os palestinianos.

Ao responder a Lana Del Rey, Roger Waters disse também o seguinte:

“I have no doubt the Israeli promoters are paying top dollar, they are well known for that, but is the price worth passing up your momento on the road to Damascus and abandoning your Palestinian brothers and sisters to their fate in their hour of need?” (Roger Waters, 2018).

O ex-Pink Floyd introduz um argumento novo: a questão monetária. O músico afirma que um dos motivos por que alguns artistas consideram tocar em Israel é pelo dinheiro. Como diz George Cohen, membro da promotora de espetáculos israelita 3A Productions: “You have to convince them to come here, and money isn’t the only issue.” (Steinberg, 2016).

Para Sean McMahon, professor assistente no Departamento de Ciências Políticas na Universidade Americana do Cairo, os artistas que recebam dinheiro para atuar em Israel são complacentes com as suas políticas:

“For the BDS campaign, cultural workers can be complicit in Israel’s violations of Palestinian rights and international law. The cultural boycott seeks to stop Israel from effectively deploying cultural workers in the service of (re)producing and/or rehabilitating the image of an egalitarian society and democratic polity always, but for ahistorical ‘reasons’, under attack.” (McMahon, 2014, p. 69)

Os músicos que avançam definitivamente em Israel, sendo pagos para o fazer e sabendo que existe artistas que por serem palestinianos não têm a mesma oportunidade, vêm a sua performance ficar associada às políticas do governo israelita ao participar numa ação de fazer passar uma imagem de uma sociedade equalitária, quando não o é.

4.6. Músicas de protesto não são apolíticas

No sub-capítulo anterior, foi possível verificar Thom Yorke a afirmar que a música está relacionada com a liberdade de expressão (“Music (...) is about (...) freedom of expression”). Uma das formas que a música tem de se relacionar é sob a forma de canções de protesto.

“These songs serve to articulate, in musical form, an explicit political sentiment.” (Street, 2017, p. 3).

John Street, professor universitário na Ânglia Oriental, explica que, neste caso, a música comunica claramente um sentimento político. *Hail to the Thief*, álbum dos *Radiohead*, não é descrito como álbum de protesto, mas contém letras com sentimento político, como é o caso de $2 + 2 = 5$. O título desta canção foi usado por George Orwell no seu romance *1984* e refere-se a um dogma falso em que as pessoas são levadas a

acreditar. Isso relaciona-se com a intenção de Israel querer fazer passar uma imagem de si que não é verdadeira.

Para entendermos a dimensão política que este álbum dos *Radiohead* tem, olhemos para o que Thom Yorke diz ter sido a inspiração para *Hail to the Thief*:

“When I started writing these new songs, I was listening to a lot of political programs on BBC Radio 4. I found myself – during that mad caffeine rush in the morning, as I was in the kitchen giving my son his breakfast – writing down little nonsense phrases, those Orwellian euphemisms that our government and yours are so fond of.” (Yorke, 2003).

Pelas palavras de Yorke, podemos perceber que o álbum foi concetualizado como político, pois nasceu a partir de ideias desse tipo, e em Telavive, em 2017, os *Radiohead* tocaram três músicas de *Hail to the Thief*, incluindo $2 + 2 = 5$. Se atendermos outra vez às afirmações de Goehr (1994), percebemos que a dimensão total da performance da banda: num contexto em que existe desigualdade entre israelitas e palestinos, e de um país que quer abafar a comunicação dessa diferença, foi tocada uma música que transmite uma ideia de uma crença em algo que não é verdadeiro.

4.7. Nick Cave e a censura

Radiohead, Lana Del Rey e Nick Cave foram os três artistas que publicamente defenderam mais as suas próprias atuações em Israel, mas foi o músico australiano o único a utilizar a expressão “censura” para se defender contra pressões exteriores que queriam que os seus concertos fossem cancelados.

A 11 de novembro de 2017, durante uma conferência de imprensa de antevisão em Telaviv, Cave afirmou o seguinte em relação aos dois concertos esgotados na cidade israelita:

“After a lot of thought, a lot of consideration about the whole thing, I rang up my people and said, ‘We’re doing a European tour and *Israel*.’ Because it suddenly became very important to make a stand, to me, against those people that are trying to shut down musicians, to bully musicians, to censor musicians, and to silence musicians” (Eye On Antisemitism Monitoring, 2017).

O músico australiano foi alvo de resposta por parte de vários artistas que partilharam as suas reações no *website* da Artists for Palestine UK (APUK), uma rede

criada em 2015 composta por artistas que defendem os direitos palestinianos. Roger Waters disse:

“I read Nick Cave’s press conference statements with a mixture of sorrow, rage and disbelief. (...) Nick thinks this is about censorship of his music? What? Nick, with all due respect, your music is irrelevant to this issue, so is mine, so is Brian Eno’s, so is Beethoven’s, this isn’t about music, it’s about human rights. (...) This is about children, like the young boys blown to bits while playing soccer on the beach in Gaza. Boys murdered by Israel. (...) What if it was your demolished home? Your invaded country? Your villages razed to the ground to build stadiums for the invaders to promote pop concerts on? (...) Would your sorrow trump your obsession with concerns about the censorship of your music? (...)” (Artists for Palestine UK, 2017)

O músico e compositor britânico Brian Eno, também subscritor dos princípios do BDS, respondeu a Cave da seguinte forma:

“(...) this has nothing to do with ‘silencing’ artists – a charge I find rather grating when used in a context where a few million people are permanently and grotesquely silenced. Israel spends hundreds of millions of dollars on hasbara, and its side of the argument gets broadcast loud and clear. Coupled with the scare-tactic of labelling any form of criticism of Israeli policy as ‘antisemitic’, this makes for a very uneven picture of what is going on. Who do the Palestinians have to present their side? If you ask them, they’ll say “BDS”. It’s just about the only hope they feel, as they watch more and more of their country being illegally occupied by settlers, and watch new generations of their own people growing up behind concrete walls patrolled by soldiers” (Artists for Palestine UK, 2017b)

Na conferência de imprensa, Nick Cave disse também que quem tocasse em Israel teria de passar por uma espécie de humilhação pública protagonizada por Roger Waters e companhia. Mas Waters e Eno responderam ao músico australiano da forma como o fizeram porque Cave utilizou um argumento que pode ser visto como uma falácia. A palavra mais forte durante a conferência de imprensa de Nick Cave foi “censurar”. A palavra “censurar” pode ser definida da seguinte forma: “exercer a censura sobre; criticar” (Dicionário Universal Escolar Língua Portuguesa). Se olharmos para a forma como Cave aplica o verbo “censurar” e a relacionarmos com a forma como a mesma é definida, vemos que o músico incorre num erro ao afirmar que quer tocar em Israel para fazer frente aos que, nas suas palavras, querem censurar e silenciar os músicos. É que, como disseram Roger Waters e Brian Eno, o apelo ao boicote nada tem a ver com a censura da arte em si, mas sim com o facto de essa mesma arte ser tocada ao vivo em Israel. Aliás, Roger Waters e outras personalidades ligadas ao BDS nunca utilizam a palavra censura.

No contexto global do conflito israelo-palestino, um dos aspectos que menos importam, como refere Waters, é a sua música e a música de Cave. O que mais importa para os partidários do BDS são os direitos humanos e o reconhecimento de uma situação de desigualdade de condições entre povos.

Existe outro argumento digno de nota nas declarações que Nick Cave proferiu na conferência de imprensa e que tem a ver com a sua motivação, que está mal colocada. Segundo o próprio, a motivação para o músico australiano tocar em Israel foi a de fazer frente a grupos como o BDS, e não a de simplesmente querer tocar para um grupo de pessoas que são seus fãs, como foram os casos de Radiohead, Lana Del Rey e Lorde.

O objetivo de Cave foi conseguido: o músico realizou dois espetáculos em Telavive. O que não conseguiu foi fazer com que personalidades como Roger Waters cessassem de apelar ao boicote. O ex-membro dos *Pink Floyd* interveio nos casos dos concertos de Lorde e de Lana Del Rey, que estavam agendados para depois dos espetáculos de Cave.

4.8. Concertos na Palestina não compensam concertos em Israel

O elemento diferenciador presente no caso de Lana Del Rey é o facto de a cantora norte-americana, além da sua atuação no festival israelita Meteor, ter expressado a sua vontade em visitar a Palestina e conhecer crianças palestinianas e israelitas.

“My views on democracy and oppression are aligned with most liberal views. We will be still playing our show in Israel. That being said, I understand the concern towards showing support to the Palestinians too. So I just wanted to let you know when I’m in Israel I will be visiting Palestine too and I look forward to meeting both Palestinian and Israeli children and playing music for everyone. I want peace for both Israel and Palestine. (...)” (Rey, 2018a).

Depois de ter sido alvo de vários apelos para que cancelasse a sua atuação em Israel, Lana Del Rey publicou na sua conta oficial da rede social *Instagram* a mensagem acima citada. Dois dias depois de ter publicado na sua conta oficial do Twitter um texto onde reitera a sua intenção de ir para a frente com o espetáculo no festival Meteor, esta foi a primeira vez que a artista falou publicamente no seu objetivo de também visitar a Palestina, de forma a compensar a sua visita a Telavive.

O gesto de Del Rey é semelhante ao que Leonard Cohen fez em 2009, durante a sua primeira *tour* em mais de uma década. O músico canadiano marcou um concerto em Telavive e mais tarde, alegadamente por ter sido pressionado por grupos pró-Palestina, decidiu também marcar um espetáculo em Ramallah, que acabou por ser cancelado (Shabi, 2009). A razão para este desfecho foi conhecido através do Palestinian Campaign for the Academic and Cultural Boycott of Israel (PACBI):

“Ramallah will not receive Cohen as long as he is intent on whitewashing Israel’s colonial apartheid regime by performing in Israel. PACBI has always rejected any attempt to ‘balance’ concerts or other artistic events in Israel--conscious acts of complicity in Israel’s violation of international law and human rights--with token events in the occupied Palestinian territory. Such attempts at "parity" not only immorally equate the oppressor with the oppressed, taking a neutral position on the oppression (thereby siding with the oppressor, as Desmond Tutu famously said); they also are an insult to the Palestinian people, as they assume that we are naive enough to accept such token shows of ‘solidarity’ that are solely intended to cover up grave acts of collusion in whitewashing Israel’s crimes. Those sincerely interested in defending Palestinian rights and taking a moral and courageous stance against the Israeli occupation and apartheid should not play Israel, period” (PACBI, 2009).

A resposta do PACBI ao gesto de Cohen, nove anos antes, poder-se-ia aplicar, sem margem de dúvida, ao caso de Lana Del Rey, cuja publicação no Instagram a dizer que ia visitar a Palestina foi também visada:

“Lana Del Rey, thank you for engaging. Inspired by the struggle of black South Africans during apartheid, Palestinians are asking for **meaningful solidarity – not charity** – as we resist Israel’s decades-long oppression. We would welcome you to Palestine **should you cancel** your Meteor performance, and decide to use this time to learn more about Israel’s colonisation, occupation and apartheid. But we cannot accept your **token gesture** as you step across our boycott picket line. Palestinian civil society, with **overwhelming consensus**, refuses such fig leaves to soften the blow of dismissing our nonviolent call and thus undermining our struggle for freedom, justice and equality. At a time when Israel is intensifying its attacks on Palestinians in Gaza and passing dozens of discriminatory laws to solidify apartheid, we ask you to stand with the **oppressed**, and join thousands of artists refusing to perform in Israel until our human rights are respected” (PACBI, 2018a).⁵⁶

As duas comunicações do PACBI são semelhantes e as passagens sublinhadas a negro no segundo caso realçam o primeiro problema presente no discurso que Lana Del

⁵⁶ O negrito é utilizado pela fonte primária no original.

Rey publicou no Instagram: achar que simplesmente marcar um concerto na Palestina vai compensar pelo concerto marcado em Telavive, como que a igualar os dois cenários sem reconhecer as diferenças, não é uma decisão aceitável para quem apoia o BDS. A seguinte afirmação de McMahon (2014, p. 70) dá conta disso mesmo: “For the BDS campaign, cultural performances that (re)produce the false image of symmetry between Israel and the Palestine are unacceptable. Cultural workers must, by their actions, recognise the inequality inherent in the settlers-indigenous people relationship”. Em altura alguma a cantora norte-americana reconhece, como refere McMahon (2014), a desigualdade inerente entre Israel e Palestina, dizendo só que está ciente da preocupação que existe em mostrar apoio aos palestinianos, sem referir a palavra “diferenças” ou a expressão “contextos diferentes” uma única vez. Pela forma como constrói o seu discurso, a sua vontade em ir à Palestina ganha a dimensão de “caridade” apontada pelo PACBI.

É possível discutir a afirmação de que Del Rey só poderia ir à Palestina na condição de cancelar o seu espetáculo em Israel; o problema está na maneira como a artista posiciona o seu discurso publicamente, não dando nenhuma indicação de que está ciente das diferenças da qualidade de vida do povo israelita em relação ao povo palestino.

O segundo problema no discurso de Lana Del Rey está na questão temporal. Como é normal no panorama musical, as bandas e artistas a solo marcam concertos/*tours* para promover um álbum novo e lançam todas as datas previamente, salvo situações de cancelamento e/ou de necessidade de marcar uma data extra por aumento de procura. No caso de Rey, a intenção de ir tocar na Palestina foi anunciada depois de se saber que ia tocar no festival Meteor, espetáculo incluído na *tour* LA to the Moon. Ou seja, quando a artista diz “So I just wanted to let you know when I’m in Israel I will be visiting Palestine too”, fá-lo só depois de ter sido alvo de críticas por grupos pró-Palestina. Isto dá a entender que a decisão não partiu originalmente de si e que só iria à Palestina por ter sido alvo de pressão exterior.

Mais de uma semana depois de ter defendido que a sua decisão de atuar em Telavive não era uma tomada de posição política, Lana Del Rey cancelou o espetáculo, utilizando outra vez o argumento da igualdade:

“It’s important to me to perform in both Palestine and Israel and treat all my fans equally. (...) I’m postponing my appearance at the Meteor Festival until a time when I can Schedule visits for both my Israeli and Palestinian fans, as well as hopefully other countries in the region. (...)” (LanaDelRey, 2018b).

O PACBI voltou a responder à artista:

“Thank you, @LanaDelRey for your principled decision to withdraw from Israel’s Meteor Festival. Palestinians hope to hear you play when Israel’s occupation and apartheid end (...)” (PACBI, 2018b).

Fiel às ideologias do movimento que ajudou a fundar, o PACBI volta a falar das dificuldades por que os palestinos atravessam no seu dia-a-dia, fruto da ocupação, que tinha completado 51 anos na altura desta resposta.

4.9. Lei anti-boicote israelita é usada pela primeira vez

Para promover o seu segundo álbum de originais, *Melodrama*, Lorde marcou um concerto em Telavive, em junho de 2018, mas depois cancelou.

“I’ve received an overwhelming number of messages & letters and have had a lot of discussions with people holding many views, and I think the right decision at this time is to cancel the show, (...) I pride myself on being an informed young citizen, and I had done a lot of reading and sought a lot of opinions before deciding to book a show in Tel Aviv, but I’m not too proud to admit I didn’t make the right call on this one.” (Kreps, 2017)

Como escreve Kreps, jornalista da revista *Rolling Stone*, a artista neo-zelandesa nunca se referiu ao BDS quando comunicou o cancelamento do seu espetáculo, e os representantes do movimento, como foi o caso de Roger Waters, inicialmente não se pronunciaram sobre o concerto previamente marcado.

Uma semana depois, Shmuley Boteach, rabino judeu ortodoxo norte-americano e apresentador de televisão, pagou para colocar um anúncio no jornal *The Washington Post* em que chama “fanática” a Lorde, usando um argumento *ad hominem*, que se concentra mais em dirigir-se à pessoa do que aos seus argumentos, tal como aconteceu no caso da troca de palavras entre Thom Yorke e Roger Waters.

Thom Yorke disse que personalidades como as que estão ligadas ao BDS atuavam de forma a humilhar quem quisesse tocar em Israel, mas essa é também uma forma de atuar daqueles que são contra o boicote cultural. Um grupo de artistas de vários campos, no qual está incluído Waters, juntou-se para escrever uma carta de apoio a Lorde e que critica a atitude de Boteach:

“He has nothing to teach artists about human rights. We deplore the bullying tactics being used to defend injustice against Palestinians and to suppress an artist’s freedom of conscience. We support Lorde’s right to take a stand.” (Artists for Palestine UK, 2018).

Roger Waters não chegou a pagar um anúncio num jornal, mas insultou Thom Yorke em público, sendo que neste momento critica a mesma atitude que teve o rabino.

O que torna o caso de Lorde único em relação aos restantes é facto de ter sido, possivelmente, a primeira vez que se fez uso de uma lei israelita de 2011 que permite que se coloquem processos a quem incita a um boicote de Israel (Roy, 2018). Aconteceu a duas mulheres neo-zelandesas partidárias do BDS que pediram a Lorde para cancelar a presença em Telavive e viram a Shurat HaDin, organização não-governamental israelita que diz usar sistemas de tribunais para combater os inimigos de Israel, colocar-lhes um processo em nome de três adolescentes que dizem terem ficado prejudicadas. Atentemos ao seguinte excerto para perceber a importância que Israel e as suas instituições dão à imagem que projetam ao mundo:

“The suit demanded NIS 15,000 in damages for each of the teenagers, claiming that their “artistic welfare” was harmed as was their leisure time, “and above all damage to their good name as Israelis and Jews.” (Spiro, 2018)⁵⁷.

Como afirma Elia (2012), convém a Israel passar uma mensagem que a cultura é apolítica para que não haja forma que ela consiga manchar o seu nome e transmitir as

⁵⁷ O presidente da Shurat HaDin disse que esta ação abre um precedente: “This decision makes it clear that anyone who calls for a boycott against the State of Israel could find themselves liable for damages and need to pay compensation to those hurt by the boycott call, if they’re in Israel or outside it.” (Spiro, 2018).

verdadeiras ações que o país tem junto dos palestinos. E se essa imagem estiver a ser passada, como aconteceu com o cancelamento do concerto de Lorde, Israel tenta fazer com que a mesma seja abafada, pois é algo que não coincide com a sua narrativa. Aqui vemos que Israel preocupa-se com a forma como as suas políticas são interpretadas e um cancelamento de um concerto traz essas mesmas políticas à discussão. Isto relaciona-se com a citação apresentada no início desta dissertação que constata que as estrelas de rock geram imensa exposição e impedir que atuem em Israel é a melhor forma de isolar o país internacionalmente.

Conclusão

O contexto em que é realizada uma performance musical perante o público é importante para a sua definição, como nos indica Goehr (1994). Ou seja, para percebermos a dimensão total dos concertos que *Radiohead*, Nick Cave, Lana Del Rey e Lorde marcaram em Israel, foi preciso ver em que contexto é que eles foram escolhidos para serem realizados para percebermos o que realmente significariam. O contexto, diz Elia (2012, par. 2), é que Israel é um país que impede artistas palestinos de espalharem o seu trabalho, algo que não acontece com os artistas estudados, que são originários de Inglaterra, Austrália, Estados Unidos da América e Nova Zelândia. Para a maioria dos autores, não existe em Israel uma situação de igualdade no que toca a expressão musical, entre outras formas artísticas, e as performances dos *Radiohead* e Nick Cave, que foram efetivamente realizadas, ficaram associadas a este contexto que se tem descrito como sendo de opressão artística. Respondendo à pergunta de investigação: as performances musicais tiveram uma dimensão política inerente, tendo em conta o contexto em que aconteceram.

Os casos dos *Radiohead* e de Lana Del Rey confirmaram, em parte, a primeira hipótese proposta no início desta dissertação. Tanto Thom Yorke, a representar a banda britânica, como a artista norte-americana, defenderam as suas decisões de marcar um concerto em Israel com os argumentos de que a música é um instrumento que deve ser usado para permitir o diálogo entre as pessoas, e que tocar em Israel não significa que apoiam o governo do país, demarcando as respetivas performances de uma associação a uma posição política.

O argumento de Nick Cave foi relativamente simples de se perceber: o músico australiano atuou em Telavive porque queria enfrentar os que ele entende que tentam censurar os músicos. Ora, o BDS e o próprio Roger Waters nunca utilizaram a palavra *censura* quando discutiram casos como o de Cave. O que eles censuram não é a arte em si, neste caso a música do australiano, mas sim a performance da mesma e o contexto específico em que ela acontece.

McMahon (2014) e Cohen (2016) mostram a importância que as questões económicas têm na decisão dos artistas musicais de tocarem em Israel. McMahon explica

que o Estado de Israel financia a produção de instrumentos culturais, que, assim, deixam de ser apolíticos, para tentar dar uma outra imagem pública, aspeto também defendido por Elia (2012). Nesta perspectiva, os artistas, como são os casos dos *Radiohead* e de Nick Cave, tornam-se cúmplices nesta intenção de Israel, porque o financiamento, como explica o autor, é condicional a aceitarem as visões do governo. Quando existe uma associação entre a música e a política, podemos dizer, como Street (2013) referiu no capítulo 4, que existe um processo de “*branding*”, em que cada uma das duas partes se passa a identificar com a identidade da outra.

O caso de Lorde foi importante para perceber que Israel se preocupa com os concertos que são ou não cancelados, mostrando também que a imagem que pretende refletir de igualdade é importante para o Estado.

Outro exemplo que mostrou a forte ligação da performance musical com uma mensagem política foi o concerto dos *Radiohead*, que se incluiu músicas do álbum *Hail to the Thief* que o próprio Thom Yorke admitiu ter sido inspirado em programas políticos da rádio. Uma dessas músicas foi tocada em Tel Aviv: $2 + 2 = 5$ tem como significado acreditar num dogma que é falso e que é repetido várias vezes, algo que se liga com a intenção de Israel em querer fazer passar ao mundo uma imagem adulterada das suas práticas para com os palestinianos, como refere McMahon (2014). Yorke afirmou que não apoia o governo de Netanyahu, mas também não disse que $2 + 2 = 5$ pretendia representar o primeiro-ministro israelita, mas a verdade é que existe semelhanças entre o conteúdo da letra e a estratégia política de Israel. Assim, tocada no contexto israelita, o tom político de $2 + 2 = 5$ é aumentado.

Roger Waters (como aconteceu com Ken Loach, no caso dos *Radiohead*, e com Brian Eno, no caso de Nick Cave) sempre argumentou com base na ideia de que se os concertos fossem realizados, os artistas estariam a alinhar com a posição do opressor, que neste caso se descreve como sendo Israel. O músico tentou também chamar a atenção para as dificuldades por que os palestinianos passam, como a ocupação do seu território e a morte de crianças inocentes. Esta é a linha mantida pelo movimento BDS e o músico britânico seguiu-a sempre, confirmando a segunda hipótese da investigação: os apoiantes do BDS argumentam que tocar em Israel é alinhar com a política governamental do estado

israelita. A única altura em que Waters fugiu do guião foi quando recorreu a um argumento *ad hominem* e insultou Thom Yorke.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

- [Eye On Antisemitism Monitoring]. (2017, novembro, 23). *Musician Nick Cave exposes the BDS movement* [Ficheiro Vídeo]. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=AaUXB7kIX08&t=5s>;
- [Paul Cashmere]. (2018, setembro, 2). *Roger Waters on Thom Yorke* [Ficheiro vídeo]. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=KrZAbSxBX1c>;
- [RT]. (2017, novembro, 8). *Pink Floyd's Roger Waters: US escalation around the world 'desperately dangerous'* [Ficheiro de vídeo]. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=v7jcvfbLoIA>;
- Al-Haq. (1990). *A Nation Under Siege: AL-HAQ Annual Report on Human Rights in the Occupied Palestinian Territories*. New York, NY: Al-Haq;
- Artists for Palestine UK. (2017a, abril, 23). An Open Letter to Radiohead. Retirado de <https://artistsforpalestine.org.uk/2017/04/23/an-open-letter-to-radiohead/>;
- Artists for Palestine UK. (2017b, novembro, 20). Artists respond to Nick Cave's comments. Retirado de <https://artistsforpalestine.org.uk/2017/11/20/artists-respond-to-nick-caves-comments/>;
- Artists for Palestine UK. (2018, janeiro, 5). Leading Artists Stand With Lorde. Retirado de <https://artistsforpalestine.org.uk/2018/01/05/leading-artists-stand-with-lorde/>;
- B'Tselem b. Fatalities in the first Intifada. Retirado de https://www.btselem.org/statistics/first_intifada_tables;
- Cave, N. (2019, fevereiro). I know who the greats are, but who are your most loved poets?. Retirado de <https://www.theredhandfiles.com/your-most-loved-poets/>;
- Dicionário Universal Escolar Língua Portuguesa (8ªed.). (1999). Lisboa: Texto Editora, LDA.;
- Hawari, Y. (2018, março 18). Palestine Land Day: A day to resist and remember. Retirado de <https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/palestine-land-day-day-resist-remember-180330054113738.html>;
- IMEU, (2012, novembro, 18). *Casualty Comparison*, Institute for Middle East Understanding. Retirado de <https://imeu.org/article/casualty-comparison>;
- Israel Ministry of Foreign Affairs. *40 years since Egyptian President Sadat's historic speech at the Knesset*. Retirado de <https://mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/Pages/40-years-since-Saadat%27s-historic-speech-at-the-Knesset-.aspx>;
- Jewish Virtual Library. *Egypt-Israel Relations: Address by Egyptian President Anwar Sadat to the Knesset*. Retirado de <https://www.jewishvirtuallibrary.org/address-by-egyptian-president-anwar-sadat-to-the-knesset>;
- LanaDelRey. (2018, agosto, 19). On the topic of 'truth' [Tweet]. Retirado de <https://twitter.com/LanaDelRey/status/1031269344179761152>;
- LanaDelRey. (2018b, agosto, 31). Rescheduling [Tweet]. Retirado de https://twitter.com/LanaDelRey/status/1035574753002569734?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwtterm%5E1035578286225731584&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.theguardian.com%2Fmusic%2F2018%2Faug%2F31%2Fana-del-rey-pulls-out-of-israeli-festival-after-backlash;

- Lennon, J. & Ono, Y. (1971). Imagine [Gravado por John Lennon] [Letra]. Retirado de <https://genius.com/John-lennon-imagine-lyrics>;
- Loach, K. (2017, julho, 11). Radiohead need to join the cultural boycott of Israel – why won't they meet with me to discuss it?. Retirado de <https://www.independent.co.uk/voices/radiohead-israel-palestine-boycott-bds-thom-yorke-ken-loach-meet-discuss-it-a7835291.html>;
- Lockett, D. (2017, julho, 17). Never Forget Radiohead's Relationship With Israel Goes Way Back. Retirado de <https://www.vulture.com/2017/07/radioheads-relationship-with-israel-goes-way-back.html#comments>;
- McDonald, J. (1967). The Fish Cheer/I-Feel-Like-I'm-Fixin'-to-Die Rag [Letra]. Retirado de <https://genius.com/Country-joe-and-the-fish-the-fish-cheer-i-feel-like-im-fixin-to-die-rag-lyrics>;
- Middle East Quarterly. (2009). Editor's Note: On Peer Review. Retirado de <https://www.meforum.org/2037/editors-note-on-peer-review>;
- ONU. (1967). Doc. ONU S/PV 1348. Retirado de <https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/F0E5CF015592D4D10525672700590136>;
- PACBI. (2009, julho, 12). Leonard Cohen is not Playing in Ramallah!. Retirado de <http://www.pacbi.org/etemplate.php?id=1039>;
- PACBI. (2018a, agosto, 21). Lana Del Rey, thank you for engaging [Tweet]. Retirado de https://twitter.com/PACBI/status/1032026463879479296?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1032026463879479296&ref_url=https%3A%2F%2Felectronicintifada.net%2Fblogs%2Fali-abunimah%2Fpalestinians-say-no-lana-del-reys-token-gesture;
- PACBI. (2018b, agosto, 31). Thank you @LanaDelRey [Tweet]. Retirado de https://twitter.com/PACBI/status/1035578286225731584?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1035578286225731584&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.theguardian.com%2Fmusic%2F2018%2Faug%2F31%2Fana-del-rey-pulls-out-of-israeli-festival-after-backlash;
- Palestinian civil society, (2005). Palestinian Civil Society Call for BDS. Retirado de < <https://bdsmovement.net/call>>;
- Radiohead: Chart History. Retirado de <https://www.billboard.com/music/radiohead/chart-history/billboard-200>;
- Rieff, D. (2005, junho 24). Cruel to be kind?. Retirado de <https://www.theguardian.com/world/2005/jun/24/g8.debtrelief>;
- Rey, L. D. [@lanadelrey]. (2018, agosto, 21). [Fotografia de um texto]. Retirado de <https://www.instagram.com/p/BmwTM2wgyKn/>;
- Robinson, P. (2017, novembro, 11). 'Whisperpop': why stars are choosing breathy intensity over vocal paint-stripping. Retirado de <https://www.theguardian.com/music/2017/nov/11/whisperpop-why-stars-choosing-breathy-intensity-over-vocal-paint-stripping>;
- Roger Waters (2018, agosto, 21). No Facebook [Página Oficial]. Retirado a 25 de setembro 2019, de <https://www.facebook.com/rogerwaters/posts/dear-lana-del-rey-i-have-been-reading-your-comments-on-twitter-maybe-i-can-help-c/1958616757515453/>;
- Security Council Resolution 242. (1967). *Resolution 242 (1967)*, S/RES/242 (22 novembro 1967). Disponível em <http://ask.un.org/faq/14438>;
- Special Committee. (1970). *Report of the Special Committee to investigate Israeli practices affecting the Human Rights of the population of the occupied territories*, A/8089 (26 outubro 1970). Disponível em

- <https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/BC776349EAEE6F28852563E6005EDF08>;
- Special Committee. (1971). *Report of the Special Committee to investigate Israeli practices affecting the Human Rights of the population of the Occupied Territories*, A/8389 (5 outubro 1971). Disponível em <https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/858C88EB973847F4802564B5003D1083>;
 - Sprigsteen, B. (2016). *Born to Run: Autobiografia*. New York, NY: Simon & Schuster;
 - Springsteen, B. (1984). Born in the USA [Letra]. Retirado de <https://genius.com/Bruce-springsteen-born-in-the-usa-lyrics>;
 - Stone, R. (2011, julho, 18). 100 Best Albums of the 2000s. Retirado de <https://www.rollingstone.com/music/music-lists/100-best-albums-of-the-2000s-153375/radiohead-kid-a-3-158987/>;
 - thomyorke. (2017, julho, 11). Playing in a country isn't the same as endorsing its government [Tweet]. Retirado de https://twitter.com/thomyorke/status/884812697912713217?ref_src=twsrc^tfwt|wcamp^tweetembed|twterm^884812697912713217&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.rollingstone.com%2Fmusic%2Fmusic-news%2Fthom-yorke-rejects-new-calls-to-cancel-radioheads-israel-concert-203093%2F;
 - What is BDS?. Retirado de <https://bdsmovement.net/what-is-bds>;

Fonte secundárias

- Alpher, Y. (2016). *No End of Conflict: Rethinking Israel-Palestine*. London: Rowman & Littlefield;
- Ananth. S. (2013). The Politics of the Palestinian BDS Movement. *Socialism and Democracy*, 27(3), 129-143;
- Barghouti, O. (2011). *BDS: Boycott, Divestment, Sanctions : the Global Struggle for Palestinian Rights*, Chicago, Illinois: Haymarket Books;
- Bateson, G. (1972). *Steps to an Ecology of Mind*, Chandler Publishing Company, San Francisco, California;
- BBC. (2019). Golan Heights: Israel unveils ‘Trump Heights’ settlement. Retirado de <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-48656431>;
- Birthday girl Lorde’s earnings estimated at \$11m.plus. (2014, novembro, 7). Retirado de https://www.nzherald.co.nz/business/news/article.cfm?c_id=3&objectid=11354524 ;
- Black, I. (2017). *Enemies and Neighbors: Arabs and Jews in Palestine and Israel, 191-2017*. New York, NY: Atlantic Monthly Press;

- Bregman, A. (2014). *Cursed Victory. Israel and the Occupied Territories: A History*. New York & London: Pegasus Books;
- Bronson, F. (2014, janeiro, 11). Billboard Celebrates 120th Anniversary: A Look Back at the Rich History. Retirado de <https://www.billboard.com/articles/news/6304326/billboard-celebrates-120th-anniversary-a-look-back-at-the-rich-history>;
- Brown, C & Ainley, K. (2012). *Compreender as Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva Publicações, S. A.;
- Brym, R. J. & Maoz-Shai, Y. (2009). Israeli State Violence during the Second Intifada: Combining New Institutional and Rational Choice Approaches. *Studies in Conflict and Terrorism*, 32(7), 611-626;
- Cattan, H. (1977). *A Palestina e o Direito Internacional: o Aspecto Legal do Conflito Árabe-Israelense*. Curitiba: Grafipar;
- Cave, N. (2016, setembro, 19). *Nick Cave: One More Time With Feeling, Skeleton Tree and the power and language of grief*. (M. Mordue, entrevistador). Retirado de <https://www.theguardian.com/music/2016/sep/19/nick-cave-one-more-time-with-feeling-skeleton-tree-and-the-power-and-language-of-grief>;
- Cave, N. (2017, maio, 4.). *Nick Cave: 'I have turned a corner and wandered on to a vast landscape'*. (M. Mordue, entrevistador). Retirado de <https://penandthepad.com/cite-interview-written-someone-else-apa-style-4611.html>;
- Chao, E. (2015, julho 8). Stop Using My Song: 35 Artists Who Fought Politicians Over Their Music. Retirado de <https://www.rollingstone.com/politics/politics-lists/stop-using-my-song-35-artists-who-fought-politicians-over-their-music-75611/bruce-springsteen-vs-ronald-reagan-bob-dole-and-pat-buchanan-28730/>;
- Chomsky, N. & Pappé, I. (2010). *Gaza in Crisis: Reflections on Israel's War Against the Palestinians*. Chicago, IL: Haymarket Books;
- Clark, N. L. & Worger, W. H. (2011). *South Africa: The Rise and Fall of Apartheid* (2ª Ed.). Abingdon, Oxon: Routledge;
- Culcasi, K. (2016). Engaging in the Boycott, Divestment and Sanctions (BDS) Debate. *Geographical Review*, 106(2), 258-263;
- Cullen, J. (1997). *Born in the U.S.: Bruce Springsteen and the American Tradition*. Middletown, CT: Wesleyan University Press;

- Davis, H. L. (2010). Feeding the World a Line?: Celebrity Activism and Ethical Consumer Practices From Live Aid to Product Red. *Nordic Journal of English Studies*, 9(3), 89-118;
- Doyle, P. (2019). Radiohead Talk Rock Hall Induction: ‘It’s a Big F-cking Deal’. Retirado de <https://www.rollingstone.com/music/music-news/radiohead-interview-rock-hall-815509/>;
- Dushane, T. (2017, agosto, 25). The Driving Thing of It: A Conversation with Mick Harvey. Retirado de <https://therumpus.net/2017/08/the-rumpus-interview-with-mick-harvey/>;
- Efrat, E. (1988). *Geography and Politics in Israel Since 1967*. London: FRANK CASS & CO. LTD.;
- Elia, N. (2012). The Brain of the Monster. In A. Lim, *The Case for Sanctions against Israel*. London & New York: Verso;
- Fishman, J. S. (2012). The BDS message of anti-Zionism, anti-Semitism, and incitement to discrimination. *Israel Affairs*, vol. 18, no. 3, pp. 412-435;
- Gelvin, J. L. (2007). *The Israel-Palestine Conflict: One Hundred Years of War* (2^a ed.). New York, NY: Cambridge University Press;
- Gilbert, M. (1998). *História de Israel*. Lisboa: Edições 70;
- Godrich, N. (2017, junho, 2). *Thom Yorke Breaks Silence on Israel Controversy*. (A. Greene, entrevistador). Retirado de <https://www.rollingstone.com/music/music-news/thom-yorke-breaks-silence-on-israel-controversy-126675/>;
- Goehr, L. (1994). Political Music and the Politics of Music. *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, 52(1), 99-112;
- Goffman, E. (1986). *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*, Northeastern University Press, Boston, Massachusetts;
- Goodman, M. (2018). *Catch-67: The Left, The Right, and the Legacy of the Six-Day War*. New Haven & London: Yale University Press;
- Gould, R. (2013). To Boycott or Not? A Moral Conundrum. *Peace Review*, 25(4), 584-589;
- Greendorfer, M. A. (2017). The BDS Movement: That Which We Call a Foreign Boycott, by Any Other Name, Is Still Illegal. *Roger Williams University Law Review*, 22(1), pp. 1-143;

- Greene, A. (2017, junho, 2). Thom Yorke Breaks Silence on Israel Controversy. Retirado de <https://www.rollingstone.com/music/music-news/thom-yorke-breaks-silence-on-israel-controversy-126675/>;
- Gresh, A. (2001). *Israel, Palestina: Verdades sobre um Conflito*. Porto: CAMPO DAS LETRAS – Editores, S. A.;
- H.D.S. & Washington Post Foreign Service. (1977, novembro 21). Sadat Presents Arab Case to Knesset. Retirado de <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1977/11/21/sadat-presents-arab-case-to-knesset/9dfd87c9-8a4b-4c26-b086-2c39f843921c/>;
- Hallward, M. C. & Shaver, P. (2012). “War by Other Means” or Nonviolent Resistance? Examining the Discourses Surrounding Berkeley’s Divestment Bill. *Peace & Chance*, 37(3), 389-412;
- Hamilton, L. W. (2009). When i was fifteen.... In S. Reynolds (Ed.), *Woodstock Revisited: 50 far out, groovy, peace loving, flashback-inducing stories from those who were there*. Avon, MA: Adams Media;
- Harris, P. (2012, janeiro, 21). Lana Del Rey: The strange story of the star who rewrote her past. Retirado de <https://www.theguardian.com/music/2012/jan/21/lana-del-rey-pop>;
- Herndon, A. (2019, agosto 19). What Do Rally Palylists Say About the Candidates. Retirado de <https://abc11.com/politics/trump-campaign-expects-rock-concert-atmosphere-for-greenville-visit/5399394>;
- Hitchcock, J. (2016). Social Media Rhetoric of the Transnational Palestinian-led Boycott, Divestment and Sanctions Movement. *Social Media + Society*, 2(1), 1-12;
- Hitchcock, J. (2016). Social Media Rhetoric of the Transnational Palestinian-led Boycott, Divestment, and Sactions Movement. *Social Media + Society*, 2(1), 1-12;
- Hoeven, A. van der., Jansen, S., & Driessen, S. (2016). Articulations of Identity and Distinction: The Meanings of Language in Dutch Popular Music. *Popular Music and Society*, 39(1), 43-58;
- Hossain, M. D. & Aucoin, J. (2017). George Harrison and the Concert for Bangladesh: When Rock Music Forever Fused with Politics on a World Stage. In

U. T. Onyebadi, *Music as a Platform for Political Communication*. Hershey, PA: IGI Global;

- Ibrahim, Y. M. (1988). P.L.O. proclaims Palestine to be an independent State; Hints at recognizing Israel. Retirado de <https://www.nytimes.com/1988/11/15/world/plo-proclaims-palestine-to-be-an-independent-state-hints-at-recognizing-israel.html>;
- Interiano, M., Kazemi, K., Wang, L., Yang, J., Yu, Z., Komarova, N. L. (2018). Musical trends and predictability of success in contemporary songs in and out of the top charts. *Royal Society Open Science*, 5(5). Retirado do URL: <https://royalsocietypublishing.org/doi/pdf/10.1098/rsos.171274>;
- Jones, G. (2005). Live Aid 1985: A day of magic. Retirado de <http://edition.cnn.com/2005/SHOWBIZ/Music/07/01/liveaid.memories/index.html>;
- Jones, G. (2018). The Enduring Debate Over Khe Sanh. Retirado de <https://www.nytimes.com/2018/01/19/opinion/enduring-debate-khe-sanh.html>;
- Kaplan, J. (2019, julho 16). Trump Campaign expects 'rock concert' atmosphere for Greenville visit. Retirado de <https://abc11.com/politics/trump-campaign-expects-rock-concert-atmosphere-for-greenville-visit/5399394/>;
- Kassim, A. F. (ed.). (1989). *The Palestine Yearbook of International Law, Volume 5*. Nicosia, Cyprus: Al-Shaybani Society of International Law Ltd;
- Khader, J. (2012). A Moment of Truth: A Document of Christian Palestinians Calling for BDS. In A. Lim (Ed.), *The Case for Sanctions Against Israel* (pp. 141-147). Londres & Brooklyn, NY: Verso;
- Klug, D. T. (2011). Israel and the real failing of resolution 242. Retirado de <https://www.theguardian.com/world/2011/may/26/israel-resolution-242>;
- Kreps, D. (2017, dezembro, 24). Lorde Cancels Tel Aviv Concert After Calls to Boycott Israel. Retirado de <https://www.rollingstone.com/music/music-news/lorde-cancels-tel-aviv-concert-after-calls-to-boycott-israel-199358/>;
- Labin, S. (1981). *Israel: O Crime de Viver*. Porto: Lello & Irmão – Editores;
- Lawrence, D. (2014, janeiro, 8). Nick Cave Albums From Worst to Best. Retirado de https://www.stereogum.com/1605642/nick-cave-albums-from-worst-to-best/franchises/counting-down/attachment/nickcave_bdayparty/;

- Le Bon, G. (1982). *The Crowd: A Study of the Popular Mind* (2ª ed.). Atlanta, GA: Cherokee Publishing Company;
- Lockamn, Z. & Beinin, J. (1989). *Intifada: The Palestinian Uprising against Israeli Occupation*. Boston, MA: South End Press;
- Lorde pays \$2.84m for her city villa. (2016, janeiro, 16). Retirado de https://www.nzherald.co.nz/business/news/article.cfm?c_id=3&objectid=11574655;
- Lorde. (2014, janeiro, 26). *Lorde interview: Dream teen/Entrevistador: Bernadette McNulty* [transcrita]. The Telegraph. Retirado de <https://www.telegraph.co.uk/culture/music/10433978/Lorde-interview-Dream-Teen.html>;
- Lorde. (2017, março, 2). *Zane talks to Lorde about her new song "Green Light"*. (Z. Lowe, entrevistador). Retirado de <https://itunes.apple.com/us/post/idsa.c1a444c0-ff7a-11e6-89d8-9550a3d53748>;
- Lustick, I. S. (1997). Has Israel Annexed East Jerusalem?. *Middle East Policy Council*, 5(1), 34-45;
- Macgillivray, M. (2016). The Impact of Gush Emunim on the Social and Political Fabric os Israeli Society. Retirado de <https://www.e-ir.info/2016/07/21/the-impact-of-gush-emunim-on-the-social-and-political-fabric-of-israeli-society/>;
- Magalhães, D. (2019). Os Estados Unidos da América nas letras de Bruce Springsten: Ensaio académico. *IS Working Papers*, 3(78), 1-22;
- Marsh, D. (2004). *Bruce Springsteen: Two Hearts, The Definitive Biography, 1972-2003*. New York, NY: Routledge;
- McDonald, D. A. (2013). *My Voice Is My Weapon: Music, Nationalism, and the Poetics of Palestinian Resistancei*. Durham & London: Duke University Press;
- McMahan, S. F. (2014). The Boycott, Divestment, Sanctions campaign: contradictions and challenges. *Race & Class*, 55(4), 65-81;
- McNair, B. (2003). *An Introduction to Political Communication* (3ª ed.). London: Routledge;
- McNulty, B. (2014, janeiro, 26). Lorde Interview: Dream Teen. Retirado de <https://www.telegraph.co.uk/culture/music/10433978/Lorde-interview-Dream-Teen.html>;

- Mitchell, T. (2018). Lorde's Auckland: Stepping Out of "the Bubble". In S. Brunt & G. Stahl (Eds.), *Made in Australia and Aotearoa/New Zealand: Studies in Popular Music*. New York, NY: Routledge;
- Monroe, J. (2019, março, 13). Radiohead's 'The Bends': The story of an anti-capitalist, anti-cynicism classic. Retirado de <https://www.nme.com/features/radioheads-the-bends-at-20-the-story-of-an-anti-capitalist-anti-cynicism-classic-36>;
- Munayyer, Y. (2016). BDS: Where Came From and Where It Is Headed. *Geographical Review*, 106(2), 283-287;
- Munayyer, Y. (2016). BDS: Where It Came From and Where It Is Headed. *Geographical Review*, 106(2), 283-283;
- Murphy, K. (1994). Exile Ends as Arafat Leaves Tunisia for Gaza. Retirado de <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1994-07-12-mn-14804-story.html>;
- Myre, G. (2005). Israel Lowers Its Flag in the Gaza Strip. Retirado de <https://www.nytimes.com/2005/09/12/world/middleeast/israel-lowers-its-flag-in-the-gaza-strip.html>;
- Osborn, B. (2017). *Everything in Its Right Place: Analyzing Radiohead*. New York, NY: Oxford University Press;
- Pappé, I. (2017a). *Tem Myths About Israel*. London & New York: Verso;
- Pappé, I. (2017b). *The Biggest Prison on Earth: A History of the Occupied Territories*. London: Oneworld Publications;
- Pareles, J. (2019, agosto 19). In A. Herndon (Ed.), *What Do Rally Playlists Say About the Candidates*. Retirado de <https://www.nytimes.com/interactive/2019/08/19/us/politics/presidential-campaign-songs-playlists.html>;
- Pessin, A. & Ben-Atar, D. S. (2018). *Anti-Zionism On Campus: The University, Free Speech, and BDS*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press;
- Putnam, R. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York, NY: Simon & Schuster;
- Reinhart, T. (2004). *Destruir a Palestina: A Segunda Metade da Guerra de 1948*. Lisboa: Editorial Caminho;
- Rey, L. D. (2011, novembro, 29). *Lana Del Rey Interview/Entrevistador: Andy Welch* [transcrita]. Clash. Retirado de <https://www.clashmusic.com/features/lana-del-rey-interview>;

- Rey, L. D. (2017, julho, 26). *Lana Del Rey Talks “Lust for Life”, Avoiding Cultural Appropriation, and Getting Political/Complex Staff* [transrita]. Complex. Retirado de <https://www.complex.com/music/lana-del-rey-interview-2017-cover-story>;
- Reynolds, R. (2009b). Grooving on the weekends. In S. Reynolds (Ed.), *Woodstock Revisited: 50 far out, groovy, peace loving, flashback-inducing stories form those who were there*. Avon, MA: Adams Media;
- Reynolds, S. (2009). *Woodstock Revisited: 50 far out, groovy, peace loving, flashback-inducing stories form those who were there*. Avon, MA: Adams Media;
- Rosen, D. M. (2018). The Magic of Myth: Fashioning the BDS Narrative in the New Anthropology. In A. Pessin & D. S. Ben-Atar (Eds.), *Anti-Zionism on Campus: The University, Free Speech, and BDS* (pp. 280-297). Bloomington, Indiana: Indiana University Press;
- Roy, E. A. (2018, outubro, 12). Israel fines New Zealand women \$18,000 for urging Lorde concert boycott. Retirado de <https://www.theguardian.com/music/2018/oct/12/israel-fines-new-zealand-teenagers-18000-for-urging-lorde-concert-boycott>;
- Said, E. (1999). *After the Last Sky: Palestinian Lives*. New York: Columbia University Press;
- Salaita, S. (2016). *Inter/Nationalism: Decolonizing Native America and Palestine*, Minneapolis, MN: University of Minnesota Press;
- Sale, J. (1996, janeiro, 5). Sixty Years of Hits: from Sinatra to Sinatra. Retirado de <https://www.independent.co.uk/life-style/sixty-years-of-hits-from-sinatra-to-sinatra-1322429.html>;
- Schmemmann, S. (1995). Assassination in Israel: The Overview; Rabin slain after peace rally in Tel Aviv; Israeli gunman held; Says he acted alone. Retirado de <https://www.nytimes.com/1995/11/05/world/assassination-israel-overview-rabin-slain-after-peace-rally-tel-aviv-israeli.html>;
- Shabi, R. (2009, julho, 14). West Bank cancels Leonard Cohen concert in protest against Israel. Retirado de <https://www.theguardian.com/music/2009/jul/14/leonard-cohen-ramallah-gig-cancelled>;
- Shafir, G. (2017). *A Half Century of Occupation: Israel, Palestine, and the World’s Most Intactrable Conflict*. Oakland, CA: University of California Press;

- Sheskin, I. M. & Felson, T. (2016). Is the Boycott, Divestment, and Sanctions Movement Tainted by Anti-Semitism?. *Geographical Review*, 106(2), pp. 270-275;
- Snow, R. (2018, maio, 7). *Why Your Favourite Artist Is Releasing More Singles Than Ever/Entrevistador*. (E. Leight, entrevistador). Retirado de <https://www.rollingstone.com/music/music-features/why-your-favorite-artist-is-releasing-more-singles-than-ever-629130/>;
- Spiro, A. (2017, julho, 19). R Times Radiohead's Thom Yorke Has Shown Love For Israel. Retirado de <https://www.jpost.com/Israel-News/Culture/5-times-Radioheads-Thom-Yorke-has-shown-love-for-Israel-500141>;
- Spiro, A. (2018, outubro, 2011). New Zealand BDS Activists Ordered to Pay Damages over Lorde Israel Boycott. Retirado de <https://www.jpost.com/Israel-News/New-Zealand-BDS-activists-ordered-to-pay-damages-over-Lorde-Israel-boycott-569194>;
- Stefano, P. D. & Henaway, M. (2014). Boycotting Apartheid From South Africa to Palestine. *Peace Review*, vol. 26, no. 1, pp. 19-27;
- Steinberg, J. (2016, maio, 2). How do international acts get to Israel? With a concerted effort. Retirado de <https://www.timesofisrael.com/how-do-international-acts-get-to-israel-with-a-concerted-effort/>;
- Street, J. (2003). 'Fight the Power': The Politics of Music and the Music of Politics. *Government and Opposition*, 38(1), 113-130;
- Street, J. (2017). Music as Political Communication. In K. Kenski & K. H. Jamieson (Eds.), *The Oxford Handbook of Political Communication*. New York, NY: Oxford University Press;
- Tilley, V. (ed.) (2012). *Beyond Occupation: Apartheid, Colonialism & International Law in the Occupied Palestinian Territories*. London: Pluto Press;
- Warschawski, M. (2012). Yes to BDS! An Answer to Uri Avnery. In A. Lim (Ed.), *The Case for Sanctions Against Israel* (pp. 141-147). Londres & Brooklyn, NY: Verso
- Waters, R. (2017, junho, 5). *Read Roger Water's Response to Thom Yorke Over Radiohead Israel Controversy/Entrevistador*. (R. Stone, entrevistador). Retirado de <https://www.rollingstone.com/music/music-news/read-roger-waters-response-to-thom-yorke-over-radiohead-israel-controversy-198319/>;

- Weizman, E. (2007). *Hollow Land: Israel's Architecture of Occupation*. London & New York, NY: Verso.
- White, B. (2018). *Cracks in the Wall: Beyond Apartheid in Palestine/Israel*. Archway Road, London: Pluto Press;
- Willman, C. (2019, janeiro, 9). Thom Yorke Says He Won't Attend Rock Hall Induction... But Is Chuffed About Oscar Shortlisting for 'Suspiria' Song. Retirado de <https://variety.com/2019/music/awards/thom-yorke-radiohead-oscar-best-song-shortlist-suspiria-1203102955/>;
- Wood, M. (2015, setembro, 18). With 'Honeymoon', Lana Del Rey further tightens control of her image. Retirado de <https://www.latimes.com/entertainment/music/la-et-ms-0919-lana-del-ray-20150920-story.html>.
- Yemini, B. (2011). NGOs vs. Israel. *Middle East Quarterly*, 18(2), 67-71.
- Yorke, T. (2003, junho, 26). *Bitter Prophet: Thom Yorke on 'Hail to the Thief'*. (D. Fricke, entrevistador). Retirado de <https://www.rollingstone.com/music/music-news/bitter-prophet-thom-yorke-on-hail-to-the-thief-87869/>;
- Yorke, T. (2017, junho, 2). *Thom Yorke Breaks Silence on Israel Controversy*. (A. Green, entrevistador). Retirado de <https://www.rollingstone.com/music/music-news/thom-yorke-breaks-silence-on-israel-controversy-126675/>;